



# Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1995**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edgard Bueno, Durval Amaral, Irondi Pugliesi, Luiz Accorsi, Nelson Tureck, Péricles Mello e Renato Adur (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2823**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 197/95, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

**REQUERIMENTO Nº 2811**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 197/95 por 10 (dez) sessões, e anexação ao Projeto de Lei nº 276/95, que trata do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

**REQUERIMENTO Nº 2806**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Garcia, ocorrido no dia 26.09.95, às 18:00 horas, no Distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) CLEITON KIELSE

**REQUERIMENTO Nº 2809**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Alceu Bertolin, ex-Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e Professor da Universidade Federal do Paraná, ocorrido no dia 26/09/95, em Curitiba.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Atílio Bório, nº 1279, no Município de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2799**

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado voto de congratulações à Associação Recreativa Oficinas - ARO, pela comemoração do Dia do Ferroviário.

A Associação Recreativa Oficinas - ARO, é uma entidade com objetivos de patrocinar a união e estreitamento das relações dos empregados da Rede Ferroviária Federal S/A.

Para comemorar o Dia do Ferroviário, dia 30 de setembro, a Associação Recreativa Oficinas - ARO, está promovendo diversas festividades.

Requer ainda, que da decisão desta Ca-

sa, seja dado ciência à Associação Recreativa Oficinas - ARO, em nome de seu presidente, Senhor Antonio Arivaldo Gaspar, à Rua Waldemar Pimentel, 66 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2803

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal MARIA ROSILDA e MANOEL RAINETTI, que completou 24 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Louça, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 25.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2804

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal JOÃO FRANCISCO e LAURA FIDELIS ESTEVES, que completou 24 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Louça, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 25.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2805

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal SELMA e AVELINO DA ROSA, que completou 46 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Safira, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 25.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Câmara Municipal de Ponta Grossa, pela comemoração do Dia do Vereador, dia 02 de outubro.

Para comemorar o Dia do Vereador, a Câmara Municipal de Ponta Grossa, realizará Sessão Solene de homenagem aos ilustres ex-legisladores municipais.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à Câmara Municipal de Ponta Grossa, em nome de seu Presidente, Senhor Delmar José Pimentel, à Av. Visconde de Taunay, 880, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Senhora Lenira Ribeiro, que há mais de 30 anos vem desempenhando um trabalho de assistência social e espiritual à comunidade mais carente da Cidade

de Curitiba e Região Metropolitana. Centenas de pessoas já foram beneficiadas com a dedicação da Senhora Lenira que mostra-se preocupada no seu dia-a-dia em difundir a solidariedade. Com sua humildade e abnegação, por muitas vezes ausentou-se do conforto de seu lar para ajudar aos mais necessitados que batiam à sua porta e continuam a bater em busca de conforto, afeto e auxílio. Atendendo diariamente dezenas de pessoas, consegue levar luz aos que vivem na escuridão e alento aos desesperados. Sua única intenção ao longo desses 30 anos, tem sido tão somente estender a mão para aquelas pessoas que devido à fome, a injustiça e ao infortúnio, clamam por um único dia de alegria e justiça social.

Nos sentimos honrados e felizes de, neste instante, louvar os atos da Senhora Lenira Ribeiro, para que se faça justiça ao seu trabalho assistencial.

Com tantas coisas ruins acontecendo ao nosso redor constantemente, nos sentimos felizes em podermos contar com sua boa vontade em atender e servir de elo entre a bondade e o povo. Ela é uma das provas de que existe um Ser Superior, capaz de perdoar, sorrir e amar.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do Dia da Secretária, que ocorrerá no próximo sábado.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 30 de setembro transcorrerá o Dia da Secretária.

Considerada o "braço direito" de um executivo moderno, a secretária desempenha importante papel seja fazendo anotações, datilografando, organizando a agenda de seu chefe, lembrando seus compromissos e procurando, com a necessária ponderação harmonizar a agitada vida do mesmo.

Na verdade, da capacidade da secretária depende e muito a eficiência de um executivo.

Por essas razões, registramos aqui as nossas homenagens a todas as secretárias, no dia a elas dedicado.

#### REQUERIMENTO N° 2812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Tribunal de Contas do Paraná instaure uma ampla

auditoria contábil e administrativa no Hospital Regional de Cascavel, desde sua construção e ampliação, passando pela aquisição de material (permanente e de consumo) e equipamentos, até a presente data, incluindo também as questões de funcionalismo.

Que esse requerimento seja dado a conhecer ao Conselho Estadual de Saúde e que o mesmo tenha conhecimento do resultado da auditoria.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Irineu Colombo.

#### JUSTIFICATIVA:

A construção do Hospital Regional de Cascavel teve seu início em 1977, seguida de inúmeras paralisações das obras, e quase sempre retomadas em épocas de eleições, até que em 31.05.89, foram concluídas (12 anos depois de iniciadas). São 10.860 metros quadrados que implicaram em investimentos de cerca de 10 milhões de dólares.

Menos de um ano após sua inauguração começaram a surgir denúncias de irregularidades na compra de material para o hospital (Paraná 24.04.90).

Informa a matéria que muitas das compras foram superfaturadas. Alguns dos materiais comprados foram adquiridos junto à Trace (a mesma empresa do "escândalo Quêrcia"), Lojas do Pedro e Sainel, ambas já tendo sido objetos de CPI na Assembléia Legislativa do Paraná.

Algumas destas informações devem ser corretas, uma vez que a imprensa divulgou que ex-Secretários de Saúde do Paraná terão que devolver dinheiro, de acordo com decisão deste Tribunal de Contas.

Em 29.08.92 foi realizada uma plenária com setores da sociedade civil (sindicatos, partidos políticos e funcionários do hospital) e o Governo (representantes da Secretaria de Estado da Saúde) para discutir os problemas do Hospital Regional (HR). Esta reunião concluiu que 4 (quatro) pontos eram importantes:

- 1) O HR é de caráter público;
- 2) Necessidade de contratação de pessoal a curto prazo;
- 3) Reestruturação do Conselho Comunitário com a participação de entidades da sociedade civil;
- 4) Administração do HR pelo Estado em co-gestão com o Conselho, e que o responsável deve ser um profissional com conhecimento em administração hospitalar, sem vínculo com o corpo clínico e dedicação integral.

Estas propostas não foram implementadas. O Secretário Estadual de Saúde da época, Dr. Nizan P. Almeida, não acatou as deliberações e nomeou o Prefeito de Cascavel (Fidelcino Tolentino) como Presidente do Conselho, e este por sua vez nomeou o

farmacêutico Álvaro Largura, que abandonou o cargo, assumindo o vice-Presidente, Marcos Vinicius (Diretor da UNIOESTE).

Ao assumir, nomeou sua esposa Thais Mathiulli Pires de Souza (caracterizando nepotismo) para uma chefia, e Vânia Moreira de Camargo, esposa do Diretor Administrativo, para outra. Segundo informações que obtivemos, tempos atrás, ambas não compareciam ao HR, e diziam prestarem serviço na FECIVEL.

As verbas que o hospital recebe, iam ou vão para a Prefeitura, e esta repassa para o Conselho Comunitário, que contrata os funcionários pela CLT, quando deveria ter concurso público. Isto é agravado pelo fato que nem um órgão governamental tem prestado conta destas verbas. Assim sem dinheiro, sem funcionários e sem material quem tem sofrido as consequências é a população. Pode-se ter uma idéia da situação do hospital, pelo noticiário da imprensa: "O Hospital Regional de Cascavel vai limitar a partir de hoje o número de consultas...", assim inicia matéria da Folha de Londrina do dia primeiro de fevereiro de 94; em 14.07.92, a Folha de Londrina traz matéria que o hospital, que consumiu 10 milhões de dólares, e foi apresentado como modelo, já tinha perdido 1/3 de seus funcionários e já tinha 36 leitos desativados; a Folha de Londrina de 05.04.92, informa que o HR é um dos mais equipados do Estado, mas é desestruturado. Diz que naquela ocasião, dos 11 leitos do berçário patológico para recém-nascidos, 10 estavam ocupados por bebês e havia apenas uma enfermeira para atendê-los.

Este hospital chegou a ter 346 funcionários incluindo o pessoal de enfermagem e 70 médicos remunerados por plantão para atenderem 150 leitos.

Informa ainda a Folha que naquela ocasião, o Hospital Regional (HR) tinha 240 funcionários e 50 médicos plantonistas com a desativação de cerca de 40 leitos.

Sabemos que alas inteiras foram fechadas para favorecer o setor privado, como a de obstetrícia.

O SINDSAÚDE, em 23.09.94 enviou o ofício nº 182/94, ao ex-Secretário de Saúde Dr. Jackson M. Baduy, onde denuncia algumas irregularidades no HR de Cascavel. Entre estas, a de que existe uma "caixinha" no hospital.

É necessário mostrar ao contribuinte paranaense como este hospital foi administrado e quanto lá investido e como foram usadas as verbas. Sendo assim, através do presente solicitamos que o Tribunal de Contas do Estado realize uma ampla auditoria contábil e administrativa do Hospital Regional de Cascavel, desde sua construção, aquisição de material (permanente e de consumo) e equipamentos, até a presente

data. Incluir também as questões de funcionalismo, tais como privilégios de uns poucos em detrimento dos demais.

Solicitamos que tal auditoria seja a mais completa possível, use alguns elementos da feita pela Secretaria de Estado da Saúde, cujo resultado julgo insatisfatório, pois não respondeu todos os quesitos a ela formulados no requerimento aprovado por esta Casa (anexo).

Por último, a auditoria feita pela Secretaria de Estado da Saúde parece-nos que teve um objetivo, o de punir "os de baixo", dando-nos a impressão que quem dirigia o hospital nada sabia das irregularidades e era o último a dar a palavra sobre nomeações, pagamentos, enfim quem tudo administrava.

#### REQUERIMENTO N° 2798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Senhor Luiz Antonio de Camargo Fayet, para que o Banco do Estado crie uma linha de crédito para financiar os pequenos agricultores de milho e feijão, em equivalência produto, para a safra 1995/96.

Do aprovado, requer ainda seja encaminhada cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Doutor Hermas Eurides Brandão.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A perda da renda dos produtores agrícolas que plantaram a última safra foi na ordem de 20 a 25 por cento, agravada pela correção dos financiamentos em TR.

Desta forma ficaram, principalmente os pequenos produtores, sem a menor condição de adquirir os insumos necessários ao plantio da presente safra, e caso o Governo do Estado não ofereça uma linha de crédito em equivalência produto, moeda de fácil compreensão, mais agricultores deixarão de plantar, contribuindo ainda mais para baixar a produção e aumentar o êxodo rural.

#### REQUERIMENTO N° 2800

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de efetuar reformas na Escola Estadual Professor Alberto Krause, no bairro do Tanquá.

Segundo cópia do requerimento 9554/95, a escola está em péssimo estado de conservação, e a cerca que faz divisa com os terrenos vizinhos está caindo.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2801

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, no sentido de viabilizar a colocação de lombadas na Rodovia do Café, em frente à garagem da Sulamericana. No local existe um redutor de velocidade, mas não é respeitado pelos motoristas.

Os moradores pedem melhor iluminação na rodovia, pois atualmente a escuridão toma conta do local.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando o envio a esta Casa de Leis, de projeto de lei regulamentando o Juizado de Pequenas Causas (Cíveis e Criminais) em nosso Estado, conforme prevê o artigo 109 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

A regulamentação, a nível federal, pelo Excelentíssimo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, promovida recentemente quanto ao funcionamento dos Juizados Especiais, dentre os quais está o de Pequenas Causas, exige a contrapartida do Estado do Paraná.

Segundo a Constituição, cabe ao Poder Judiciário elaborar um projeto de lei neste sentido, encaminhando-o para apreciação e votação do Poder Legislativo. Urge que o Paraná regule em seu território, conforme o artigo 109 de sua Carta, e seguindo a regulamentação federal, o Juizado de Pequenas Causas, prestando um serviço à sociedade paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 2810

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jaime

Lerner, bem como ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando instalação de Distrito Policial no Conjunto Residencial Requião, em Maringá.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

#### JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Residencial Requião, de Maringá, é um dos maiores, senão o maior da cidade, com população estimada em 8.000 habitantes. Além disso, o conjunto residencial fica em região periférica da cidade, em local isolado dos demais conjuntos, como do Branca de Camargo Vieira, Campos Elíseos, Champagnat, Itaparica e de outros mais, que também não possuem Distrito Policial.

Por esta razão, solicitamos a instalação desse Distrito Policial, que atenderá toda aquela região de Maringá.

#### REQUERIMENTO N° 2814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, MD. Governador do Estado do Paraná, solicitando urgência na implantação de um Programa estadual voltado ao setor rural, mais especificamente para o pequeno produtor, com financiamentos por equivalência de produtos ou a fundo perdido.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Prefeitos Municipais: Elias Pereira da Silva (Alto Piquiri-CEP: 87.580-000); Jonas Xavier Pinto (Altônia-CEP: 87.550-000); Moysés Mendes Sanches (Cafetal do Sul-CEP: 87.567-000); José Antonio de Castro (Cruzeiro do Oeste-CEP: 87.400-000); Mancel Ribeiro de Oliveira (Douradina-CEP: 87.485-000); José Orlando Romeiro (Engenheiro Beltrão-CEP: 87.270-000); José Delapria (Francisco Alves-CEP: 87.570-000); Salvador Caetano da Silva (Iporã-CEP: 87.560-000); Sra. Elmida Panazzolo (Ivaté-CEP: 87.519-000); Jessé Batista Correa (Maria Helena-CEP: 87.480-000); José Braz Brilhante (Mariluz-CEP: 87.470-000); Luiz Sorvos (Nova Olímpia-CEP: 87.490-000); Gentil Scalco (Pérola-CEP: 87.540-000); Aparecido Faleiros (São Jorge do Patrocínio-CEP: 87.555-000); Pedro Lopes (Xambrê-CEP: 87.535-000); Wilson Lucena (Tapira-CEP: 87.830-000); Antonio Romero Filho (Umuarama-CEP: 87.501-130); aos Presidentes das Câmaras dos respectivos Municípios e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Dez. Munhoz de Mello, 3.800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Objetivamos a ampliação e o fortalecimento da organização dos produtores rurais, principalmente as pequenas propriedades, garantindo as cadeias produtivas da região, favorecendo o suprimento alimentar com justa distribuição da riqueza na área rural para a promoção sócio-econômica do pequeno produtor.

O dispêndio do produtor rural paranaense que se aventura em plantar e sobreviver da terra, sem dúvida é muito grande e hoje inviável, provocando o êxodo do campo, o abandono de sua propriedade, a miséria na cidade e o empobrecimento do Estado.

Então, há necessidade de se promover um Programa que venha dar melhores condições para a nossa agricultura, sob o risco de não o fazendo, termos um Estado com solo rico, com mão-de-obra especializada e sem produtividade.

**REQUERIMENTO N° 2815**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Moysés Mendes Sanches, Prefeito Municipal de Cafezal do Sul (Av. Italo Orcelli, 796); ao Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Av. Italo Orcelli, 658); CEP 87567-000 ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3.800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Cafezal do Sul, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

**REQUERIMENTO N° 2816**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Antonio de Castro, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste (Rua J. E. Rezende, 686); ao Vereador José Cirilo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil s/n°); CEP 87400-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3.800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Cruzeiro do Oeste, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

**REQUERIMENTO N° 2817**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Ivaté.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita Municipal de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); ao Vereador Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal (Rua Loanda, s/n°); CEP 87519-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3.800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Ivaté meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o

problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Cássio Taneguchi, Secretário de Estado do Planejamento, solicitando:

1. Qual é a extensão do Canal Extravassor?

2. Qual é o montante de área, em metros quadrados, que foi desapropriado?

3. Quais são os 10 (dez) maiores proprietários e suas respectivas áreas?

3.1. Apresentar quadro demonstrativo contendo nome do proprietário, total da área (m2), valor pago por m2, valor total do pagamento e condições de pagamento.

Sala das Sessões, em 27.08.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, para que o mesmo determine ao Exmo. Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Cássio Taneguchi, que responda a esta Casa o seguinte Pedido de Informações:

1. Procede a notícia veiculada na imprensa, segundo a qual 381 novas indústrias foram instaladas em Londrina nos últimos 6 meses?

2. Em caso afirmativo, enviar a esta Casa a relação com o nome de todas essas novas indústrias, respectivos endereços e quantidade de empregos gerada por cada uma delas.

3. Informar, também se possível, quantas empresas fecharam em Londrina no mesmo período, os respectivos endereços e quantos empregos cada uma proporcionava.

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de Pedido de Informações à COPEL, solicitando seja esclarecido o assunto sobre a matéria do Jornal "Agora Paraná" do dia 27 de setembro do corrente que trata das aposentadorias em número de cem, com valor médio de cem mil reais, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 376/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As doações, em vida, de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando da morte, ficam sujeitas, no Estado do Paraná, às disposições constantes da presente lei.

Art. 2° - As pessoas físicas, com capacidade civil plena, residentes em território paranaense, que pretenderem usar da faculdade de doar, em vida, órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados após a sua morte, deverão:

I - Cadastrar-se como doador na sede da Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos ou nas suas Regionais, através de documento próprio a ser expedido pela Secretaria de Estado da Saúde ou órgão por ela credenciado;

II - Registrar sua intenção na Carteira Nacional de Habilitação expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito, ou órgão que lhe venha substituir;

III - Registrar sua intenção na Cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, ou órgão que lhe venha substituir.

Art. 3° - Os órgãos públicos a que se referem os incisos I, II e III do artigo anterior deverão comunicar cada doação à Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, para o devido registro.

Parágrafo Único - A Secretaria Estadual de Saúde, através da Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, promoverá os registros e organizará cadastro permanentemente atualizado dos doadores de órgãos e tecidos ou outras partes do corpo humano passíveis de serem transplantados.

Art. 4° - É obrigatória a notificação, em caráter de urgência, à Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, da existência de pacientes com diagnóstico de morte encefálica.

§ 1° - Entende-se por urgência o tempo mínimo necessário de modo a evitar o comprometimento dos órgãos ou tecidos potenciais para transplante.

§ 2° - A notificação é obrigatória para os hospitais públicos e privados, conveniados ou não ao Sistema Único de Saúde, SUS.

§ 3° - A notificação será efetuada pela equipe médica do hospital onde se encontrar o paciente com diagnóstico de morte encefálica.

§ 4° - A não observância das disposi-

ções constantes no presente artigo implicará em responsabilização da direção clínica do hospital.

Art. 5º - A retirada e o transplante de órgãos e tecidos somente poderão ser realizados sob responsabilidade de equipe médica ou de médico de capacidade técnica comprovada, cadastrados na Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, em instituições devidamente autorizadas.

§ 1º - A remoção de órgãos somente dar-se-á após a constatação de morte encefálica, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina.

§ 2º - É vedado ao médico, quando pertencer à equipe de transplante, participar do processo de diagnóstico de morte encefálica.

Art. 6º - Todos os transplantes de órgãos e tecidos realizados fora do Sistema Único de Saúde, SUS, serão obrigatoriamente relatados às Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, na forma a ser estabelecida pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 7º - O Estado manterá campanha permanente de esclarecimento público quanto à importância da doação de órgãos e tecidos, através dos meios de comunicação, incluindo a correspondência oficial e a emissão de contas de luz, extratos de contas correntes e contracheques de servidores, entre outros.

Art. 8º - Compete aos gestores do Sistema Único de Saúde, SUS, no Estado do Paraná, a fiscalização, controle e avaliação dos procedimentos que envolvem a notificação obrigatória de pacientes em morte encefálica, emitindo relatórios periódicos à Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, a fim de assegurar cumprimento ao artigo 4º da presente lei.

Art. 9º - As unidades do Instituto Médico Legal, IML, ou órgão que lhe venha substituir, e as Centrais Funerárias notificarão, obrigatoriamente, a Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos das retiradas de córneas que intermediarem.

Art. 10 - Todos os transplantes de órgãos ou tecidos, com doador vivo ou cadáver, realizados no Estado, serão obrigatoriamente relatados à Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, sejam realizadas em instituições públicas ou privadas, pelo Sistema Único de Saúde ou não.

Art. 11 - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Saúde a adotar todas as medidas que se fizerem necessárias à fiel execução da presente lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.479, de 17.12.90, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

PROJETO DE LEI Nº 377/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Estado do Paraná as Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde, com as seguintes atribuições:

I - Recebimento das notificações de morte encefálica, em caráter de urgência, de todos os hospitais e/ou unidades de terapia intensiva do Estado, públicos ou privados, conveniados ou não ao Sistema Único de Saúde, SUS;

II - Distribuição equânime de órgãos e tecidos para transplantes, atendendo a critérios reconhecidamente científicos segundo cada tipo de transplante;

III - Outras que se fizerem necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - A Central de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos sediada na Capital do Estado coordenará o sistema composto pelas Centrais Regionais a serem criadas, em número e localização definidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Estado da Saúde definir e prover os recursos humanos, físicos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento das atividades das Centrais.

Art. 4º - As Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos, funcionarão diária e ininterruptamente e as suas equipes técnico-administrativas serão compostas de modo a garantir este funcionamento.

Art. 5º - As necessidades de transporte de doadores intactos, órgãos e tecidos, material biológico e equipes médicas de captação, serão providas pelo Governo do Estado.

Art. 6º - Fica criada a Comissão Estadual de Transplantes, com funções de consultoria e assessoria às Centrais, visando o seu pleno funcionamento.

§ 1º - A Comissão Estadual de Transplantes será constituída por representantes dos centros de transplantadores por especialidades, das associações das especialidades médicas envolvidas, das associações de usuários do sistema e por membros da Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2º - A Comissão Estadual de Transplantes será instituída por resolução da Secretaria de Estado da Saúde e reger-se-á por regulamento próprio.

Art. 7º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Saúde a adotar todas as medidas necessárias à fiel execução da presente lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei que autoriza a criação das Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos visa atender a legislação vigente sobre a matéria ( Lei nº 8.489, de 18.11.92 e Decreto Federal nº 879, de 22.07.95) e a imperiosa necessidade de aumentar a captação de órgãos no Estado do Paraná, disciplinando e incentivando a procura e a justa distribuição desses órgãos. Para isso, inadiável é a criação das centrais, vinculadas às Secretarias de Saúde, obrigação imposta pela legislação supramencionada.

Desde a época em que os transplantes de órgãos se tornaram possíveis, importantes avanços técnicos, a partir da década de 70, tornaram esses procedimentos rotineiros para a reabilitação de pacientes portadores de algum tipo de insuficiência funcional de órgão vital ou tecido do corpo humano.

Dessa forma, tornou-se impreterível a captação de grande número de órgãos de cadáver para que os procedimentos viessem a ser realizados em larga escala. Essa demanda de órgãos e tecidos tem aumentado progressivamente até nossos dias, exigindo o desenvolvimento de métodos organizados e a regulamentação adequada para assegurar eficiência e evitar abusos.

A Central de Transplantes é uma antiga aspiração daqueles que realizam transplantes no Paraná. Desde o primeiro transplante de rim de cadáver realizado no Paraná, em Londrina, no ano de 1973, pensava-se em seguir o modelo de outros países, através de programas de captação de órgãos e tecidos regionalmente organizados. A partir daí, inúmeros projetos foram desenvolvidos no sentido de dotar o Paraná de um sistema de captação e distribuição de órgãos. Lamentavelmente esbarrou-se na carência de

uma legislação que respaldasse os projetos, disciplinando as atividades de transplante em nosso Estado.

É essa lacuna que pretendemos suprir com o apoio dos Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 378/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores São Pedro e São Paulo - AMOSP, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.95

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores São Pedro e São Paulo, é uma sociedade civil, fundada em 27 de fevereiro de 1994 na cidade de Campo Largo, sendo formada pelos moradores das Vilas Ferrari, São Francisco de Assis e Silka.

Tem como funções básicas promover a auto-determinação da população através de sua participação na organização e melhoria da comunidade e congregar os associados e moradores desta localidade, através de programas educativos, recreativos, desportivos e beneficentes que deverá desenvolver.

Não havendo Expediente a ser lido, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. No mês de abril deste ano, mais precisamente no dia 17, foi aprovado um requerimento de nossa autoria solicitando à Secretaria de Estado da Saúde a instauração de uma ampla auditoria contábil e administrativa no Hospital Regional de Cascavel. Pedimos esta auditoria para que ela fosse feita em todas as suas fases: desde a fase de construção, ampliação e aquisição de material. Inclusive na questão do funcionalismo daquele hospital. Solicitávamos, também, que tal auditoria fosse acompanhada pela Comissão de Saúde Pública deste Parlamento e que indicaria um de seus membros para que fizesse em nome desta Comissão.

Em reunião da Comissão de Saúde Pública fomos indicados para acompanhar aquela auditoria. E, infelizmente, durante todo o processo de auditoria, sequer uma única vez, este Deputado foi chamado para fazer aquele acompanhamento. Nós pedimos auditoria porque a construção daquele hospital, durou por cerca de 12 anos. E menos

de uma ano após a sua inauguração, a imprensa já divulgava que havia irregularidades na compra do material daquele hospital. Informava a matéria que muitas das compras tinham sido superfaturadas e jamais tinha sido feito qualquer levantamento pelo Tribunal de Contas.

Algumas das empresas que venderam material para aquele hospital, foram a SAINEL, que depois, aqui, teve uma CPI a respeito dela. As Lojas do Pedro tão conhecida na CPI que derrubou o Presidente da República. E a empresa TRACE, que envolve denúncias e irregularidades no Governo de Orestes Quércia no Estado de São Paulo. Empresas, essas, tendo já alguma mancha na sua história empresarial, foram as que forneceram o material para o Hospital Regional de Cascavel. Em 1992, em função de várias denúncias e do mal atendimento feito por aquele hospital, foi realizada em Cascavel uma Plenária com setores da sociedade civil e nesta Plenária estava representado o Governo e ali decidiram por alguns pontos importantes, a que o Hospital Regional deveria ser de caráter público o que havia necessidade da contratação de pessoal a curto prazo e também uma reestruturação do Conselho Comunitário, com a participação de entidades da sociedade civil. A administração do Hospital Regional deveria ser feita em co-gestão com o Conselho e deveria contratar um profissional da área de administração hospitalar para que pudesse fazer com que o Hospital Regional otimizasse as suas atividades e realmente atendesse às necessidades da população. Ocorre que estas propostas não foram implementadas pelo Conselho Comunitário. O Secretário de Saúde da época não atacou as deliberações daquela Plenária e nomeou o Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, como Presidente do Conselho. Este por sua vez nomeou o farmacêutico, Alvaro Largura, que abandonou o cargo assumindo o Senhor Marcos Vinicius, que era Reitor-interventor da Unioeste, que tinha sido derrotado por uma eleição, ficando em segundo lugar, e na época o Governador Roberto Requião, desrespeitando a vontade da comunidade universitária nomeou o Reitor, Marcos Vinicius, para assumir a Unioeste e depois com o abandono de Alvaro Largura assume o Conselho Comunitário do Hospital Regional. Ao assumir este cargo uma das primeiras coisas que fez Marcos Vinicius foi nomear sua esposa, Taís Mattioli Pires de Souza, o que caracterizava nepotismo para uma chefia e nomeou Vânia Moreira de Camargo, esposa do Diretor Administrativo para outra. E o Senhor Marcos Vinicius, que depois ficou mais conhecido ainda mais com a questão dos erros e das irregularidades cometidas ao abrir os cursos de Medicina e

Odontologia na Unioeste, cursos estes que defendemos que deve ser aberto nas Universidades públicas, mas sempre de maneira legal para que não sofram as consequências que sofreram no caso os cursos da Unioeste. O Hospital Regional de Cascavel além dessas irregularidades já citadas, começou a limitar o seu número de consultas porque faltava profissionais para atendimento. A Folha de Londrina do dia 14.07.92 traz matéria que o hospital que consumiu 10 milhões de dólares foi apresentado como modelo, lá tinha perdido em 92 um terço de seus funcionários e 36 leitos desativados porque o Governo do Estado não tinha o hospital regional como uma de suas prioridades e esse por sua vez vinha já acumulando ao longo do tempo péssimas administrações e irregularidades nessas administrações. E por mais uma vez a imprensa trouxe denúncias de irregularidades como uma em que demonstrava que o Tribunal de Contas do nosso Estado não tinha aprovado todas as contas daquele hospital na gestão de Delcino Tavares. O Sindicato da categoria, o Sindi-Saúde, no dia 23/09/94, enviou ofício ao ex-Secretário de Saúde, Dr. Jackson Baduy, que denunciava algumas irregularidades no Hospital Regional. Entre estas a que existia uma caixinha, formada por dupla cobrança, cobrava-se do paciente pelo Sistema Único de Saúde e depois cobrava-se do paciente, em particular.

Pois bem, Senhores Deputados, feitas estas denúncias, feito o pedido para que a Secretaria de Saúde instaurasse a auditoria, esta foi feita, mas não cumpriu as deliberações desta Casa, tal como a de que fosse acompanhada por um membro da Comissão de Saúde, membro esse que aquela comissão indicara como sendo esse Deputado. E a auditoria apresentada, cujo relatório chegou à Comissão de Saúde, e por nós analisado, demonstra que foi feito de maneira superficial, de maneira incompleta e visando atingir, principalmente, alguns funcionários, os chamados de baixo, enquanto a diretoria daquele Hospital parece que nada cometeu de erro, uma vez que esta auditoria não traz nada de conclusivo.

Na época nós denunciávamos o pagamento irregular de horas-extras para alguns funcionários, e quanto a isso diz a auditoria que de fato houve alteração de horas extras de dois funcionários, e diz que o fato não é novo, que já persistia. E provavelmente continuará persistindo, uma vez que esta auditoria simplesmente conclui que os elementos trazidos pelos auditores noticiam que algumas destas faltas, tais como o não cumprimento de horário pré-fixado, no caso do funcionário Paulo César Ferri, como das horas-extras, tinha um certo acordo com a direção daquele Hos-

pital, e que portanto, encara-se como normal, uma vez que acordou o funcionário que não cumpriria a hora com o diretor responsável da obrigatoriedade de fazê-la cumprir.

No que diz respeito ao setor de compras, quando efetuamos a denúncia de irregularidades nas compras, inclusive com superfaturamento, diz a auditoria que apurou estes desvios de materiais, requisições assinadas por um só funcionário, como requisitante, entregador e recebedor. Recebimento de mercadorias em volume menor do que o adquirido e constante de notas fiscais. Requisições internas rasuradas, permitir que os próprios vendedores façam conferência de materiais. Encontrada a diferença de 214 caixas de fio de sutura na comparação entre notas fiscais de compras e requisições de saída. Uso de requisições, presumivelmente falsas, que pedem 300 lts. de soro para UTI, quando esta sequer possui espaço físico para tanto, entre outras irregularidades.

Quanto a isso coloca a responsabilidade sobre o Sr. Ismael Alves de Medeiros, e esquece que o Senhor Ismael Alves de Medeiros obedecia ordens e havia uma hierarquia dentro deste hospital, e remetendo ao diretor de cargo superior, o Dr. Odilon Backer Bueno, ao qual o Sr. Ismael obedecia ordens, sugere esta auditoria, simplesmente que seja instaurada uma sindicância, no que diz respeito a estas questões.

Ainda no que diz respeito a compras aquele hospital, para preencher um espaço vazio, uma área vazia do seu pátio adquiriu mudas de frutas e que por razões outras e até inclusive por razões explicáveis que não deveriam ser plantadas o negócio acabou sendo desfeito e acabou tendo um prejuízo para aquele hospital, uma vez que a devolução de dinheiro se deu sem a devida correção. E conclui essa sindicância auditoria que se houver diferença, (ele demonstra a diferença) em favor do hospital o responsável terá que ressarcir o que poderá ser apurado mediante simples cálculos.

Que auditoria é esta que já não efetua os cálculos para saber ou não se há diferença. Isso é irresponsabilidade dos senhores auditores que foi designado pelo Secretário da Saúde. Como que o Secretário, Sr. Armando Raggio aceita uma auditoria dessa como conclusiva quando nem os cálculos sequer foram feitos. Por isso na época pedíamos, que a Comissão de Saúde desta Casa acompanhasse esta auditoria e em nenhum momento fomos comunicados ou convidados para fazer esse acompanhamento.

Ainda no que diz respeito a outras irregularidades nesse setor, escreve ele, que parece que elas são dignas de exame e

questionamento e coloca pagamento feito antes da emissão da Nota Fiscal e aí diz a auditoria que parece ser digna de exame, por que já não fez o exame ao constar a irregularidade.

O SR. LUIZ C. ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, há um Deputado na tribuna fazendo uma apresentação inteiramente interessante sobre a questão da saúde e não tem um único parlamentar prestando atenção no pronunciamento do Deputado Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente, não estamos numa casa escolar.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estou aqui e não é a primeira legislatura e acho que caberia à Presidência chamar a atenção dos Deputados e não um colega nosso parlamentar, se ele não está prestando atenção, têm muitos deputados prestando atenção e não vai ser ele que vai chamar a nossa atenção.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não posso admitir que um Deputado que nem Luiz Cláudio Romanelli, venha aqui dar uma de moralista, não admito de forma nenhuma, acho que cada um que está aqui ocupando uma cadeira está aqui para defender os interesses do Paraná e não admito que o Deputado Luiz Cláudio Romanelli tenha chamado a atenção dos Senhores Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de prestar contas das minhas atitudes ao Deputado Romanelli e dizer que apesar do senhor não ter o olho atrás, o senhor olha para frente, gostaria de dizer a V.Exa. que estava prestando atenção no posicionamento do Deputado Rosinha. Caso o senhor tenha mais alguma coisa a chamar a atenção desse Deputado estou à disposição.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, fico satisfeito porque pelo menos a nossa intenção foi conseguida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compreendo a preocupação do Deputado Romanelli, agradeço à sua intervenção, mas em mais de um momento nesta Casa as vezes esses fatos podem ocorrer, mas uma estava prestando atenção e gostaria mesmo que prestassem atenção porque após o meu pronunciamento pedirei aprovação de um requerimento, para que sejam essas questões le-

vantadas apuradas pelo Tribunal de Contas do nosso Estado. Gostaria de ver esse requerimento aprovado por unanimidade, porque verbas da saúde é um duplo crime, é um crime de ter desviado ou aplicado irregularmente e o crime de que por essa verba muitas vidas são desperdiçadas, muitas pessoas morrem por falta desse dinheiro.

Chamo a atenção ainda para algumas questões, esta auditoria feita de maneira incompleta escreve o Sr. Auditor em um dos parágrafos pede por fim seja designado pessoa de confiança do Conselho para levantamento da existência legal ou não das Empresas Comercial Cirúrgica Sucista Ltda e traz inclusive o número do CGC dessa empresa com sede em Curitiba, o mesmo ocorrendo com HOSPCLIN Comércio e Representação de Produtos Hospitalares Ltda.

Como se faz uma Auditoria, que suspeita-se que há empresas inexistentes e solicita ao Senhor Secretário que nomeie uma pessoa de confiança do Conselho para verificar se essas empresas existem, quando tem auditores que foram nomeados que era o seu papel de ir atrás da existência ou não dessas empresas - que auditoria é essa que a atual gestão e administração da Secretaria do Estado e da Saúde foi efetuar no Hospital Regional de Cascavel, outros fatos ainda mais existem Senhores Deputados que nos chamam a atenção. Um dos itens a respeito da compra de materiais diz o seguinte: superfaturamento na compra de 4 unidades de oxímetros marca Umeda. O valor dessa compra foi de 4.500 dólares americanos por aparelho e pago 4.500 em 01.09.94. Enquanto isso, uma outra empresa a EMBRAEME Indústria e Importação de Equipamentos Médicos Ltda apresentou orçamento no valor de 2.193 por unidade. A pesquisa de preços com uma outra só empresa, parece temerário, o forte indício de superfaturamento. Compara-se preços entre duas empresas e diz que parece temerário quando existe a diferença de quase o dobro entre um aparelho e outro. Que auditoria é essa, que auditores são esses que não conseguem comparar preços com mais empresas e dizer, mostrar claramente que há irregularidades na compra desse material, na compra desses equipamentos. E diz somente isso, no que diz respeito a compra de computadores, escreve o Senhor Auditor, - compra de um micro computador 486 marca National de uma empresa EPSON modelo LX 300. Junto Micro Line Equipamentos e Sistemas Ltda no valor de 2.400 reais. Nada de irregular na compra, se não a já aclamada ausência de licitação.

A auditoria por sua vez relata que não localizou o referido equipamento, porém, no depoimento de Emerson Luiz de Paula Maciel da Silva, este informa que o computador e impressora estão no setor de custos.

Aí concluiu o Senhor Auditor, acaso não localizados, ter-se-á que abrir sindicância, porquanto antes de qualquer providências, sugere-se verificar se o equipamento está ou não no setor indicado. Localizado, basta que se formalize o bem com o patrimônio. Se se compra um computador e não localiza o aparelho, diz que tem que se fazer uma sindicância para localizar o aparelho, caso não seja comunicado a existência dele com a Secretaria do Estado da Saúde.

Senhores Deputados, parece que os auditores estavam brincando, desrespeitando esta Casa, porque o requerimento aqui feito e aprovado não era um requerimento do Dr. Rosinha, passa-se a ser um requerimento deste Parlamento, para se fazer esse tipo de relatório, que não se conclui absolutamente nada, só diz que abre-se sindicância, que se faça isto ou aquilo, que se apure realmente se o fato é verdadeiro. Porque esses auditores trabalharam por dois, três meses, para não concluírem nada mais. Por isso, Srs. Deputados que hoje anexo a todos os documentos que estiver na Secretaria e anexo esse relatório, solicito a aprovação dos Senhores Deputados de requerimento, para que o Tribunal de Contas trabalhe em cima dessas denúncias e dessas irregularidades, uma vez que tal relatório é inconclusivo, não indica ninguém como responsável por essas irregularidades, a não ser uns dois ou três funcionários. Parece que não existia administração responsável naquele hospital.

Assim sendo é que pediríamos a aprovação daquele requerimento.

Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Desejo cumprimentá-lo pelo assunto que traz ao conhecimento do Plenário. Inicialmente devo lamentar o fato de que V.Exa. designado que foi pela Comissão de Saúde e através de requerimento aprovado por esse Plenário, não tenha sido chamado a participar dos trabalhos dessa auditoria. Entendo igualmente que além de ser um desrespeito ao parlamentar, antes de mais nada é um desrespeito ao Poder Legislativo que, ainda na tarde de ontem, se posicionava através do Deputado João Techy Filho, pronunciamiento no grande expediente, de forma positiva em cima do trabalho que a Secretaria da Saúde vem desenvolvendo no Estado do Paraná.

É lamentável que V.Exa. não tenha sido chamado e entendo isso como uma desconsideração ao parlamentar, à Comissão de Saúde, da qual faço parte e participamos da indicação de V.Exa. e a esse parlamento que também aprovou um requerimento nesse sentido. É oportuno que V.Exa. traga este

fato ao conhecimento da Assembléia como um todo é necessário que o Presidente desta Casa, Anibal Khury adote as providências que entender necessárias, para que fatos como esse não venham a se repetir.

No mais, quero dizer que além de ter acompanhado o pronunciamento de V.Exa. na tarde de hoje, tive oportunidade de ter acesso a esse relatório, cuja cópia nos foi endereçada pelo Secretário da Saúde e pelo Presidente da Comissão de Saúde, aqui na Assembléia, Deputado Luiz Accorsi, e pude constatar nesse relatório, numa leitura bem mais superficial do que aquela que fez V.Exa., que merece esse assunto ser analisado com mais profundidade, por isso V.Exa. tem apoio e terá o meu voto na aprovação do requerimento para que o Tribunal de Contas entre na discussão e análise desse assunto.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa. e entendo como contribuição. Concedo aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado, esse é o tipo da auditoria feita em algum Gabinete da Secretaria. Essa foi de fato, uma auditoria administrativa exatamente no que diz a palavra "administrativa". Dentro de um gabinete e não numa constatação séria do que tinha acontecido nesse hospital.

Pego aos parlamentares ligados à área de saúde, ao líder do governo, que envideamos esforços para aprovar esse requerimento e ter uma conclusão mais séria do que essa a respeito desse problema que pode manchar todo um período no tocante à saúde se não for desvendado. Todas as nebulosas que cobrem essas contas de materiais, podem de alguma forma, manchar a Secretaria, e tenho a certeza, o Secretário Armando Raggio deve desconhecer completamente essa conclusão e não deve compactuar com isso.

A gente poderia chamar a atenção do próprio Secretário para que posteriormente haja uma conclusão. Primeiramente que passe pela mão dele esse tipo de conclusão para que não venha a manchar a própria Secretaria com atitudes tão inábeis e relapsas dos seus auditores.

Obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção e agradeço a atenção dos deputados esperando a aprovação do nosso requerimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se em visita a esta Assembléia o prefeito Rafael Greca que vai convidar os Senhores Deputados para um ato solene.

Com a palavra, o Senhor Prefeito Rafael Greca.

Está em visita também à Assembléia o

jornalista Ricardo Kotcho, acompanhando o Prefeito Rafael Greca, jornalista da "Folha de São Paulo".

O SR. RAFAEL GRECA - Boa tarde estimados Deputados do Paraná, ilustre Presidente Anibal Khury, ilustres membros da Mesa.

É com grande alegria que venho a esta Assembléia, retorno a esta tribuna onde já tive o direito de falar, para fazer um convite a todos os Senhores, convite que reputo muito importante para a nossa cidade a sua presença para o "Dia Mundial do Habitat". Como todos sabem a organização das Nações Unidas - uma vez por ano - escolhe uma cidade do mundo para ser a sede da celebração dos assentamentos humanos. A palavra "habitat" quer dizer - casa da espécie. Esse ano, depois de Hiroshima, de Londres, de Nova York, de Jacar e Dacar a nossa Curitiba foi escolhida como sede do "Dia Mundial do Habitat".

O Senhor Secretário da Conferência da ONU para assentamentos urbanos chamada "Habitat II" -, ele estará entre nós junto com o Sr. Presidente da República, com delegações de diversos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas uma delas vai ser chefiada, pessoalmente, pelo Presidente do Paraguai. E outras tantas delegações trarão à cidade cerca de 40 prefeitos da América Latina e também o prefeito da cidade norteamericana de Boston que vai ser premiada com o prêmio das nações unidas que já foi entregue, uma vez, à cidade de Curitiba quando o então prefeito Jaime Lerner foi a Nova Iorque recebê-lo pelos programas de reciclagem do Lixo que não é Lixo.

Os convites já foram mandados para os Senhores com a programação do "workshop" sobre habitação que se dará no Teatro do Parque Barigui a partir do dia 29 próximo. Mas os grandes momentos são o concerto de Caetano Veloso e Gilberto Gil e da Orquestra de Música Popular Brasileira na Pedreira Paulo Leminski na noite de domingo para segunda-feira. A reunião da Assembléia da ONU na Rua da Cidadania no Boqueirão, com a presença do escritor norteamericano Marschal Berman, escritor de - Tudo que é sólido Desmancha no Ar.

E também com a Presidência do Ministro Lampreia - Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Depois o almoço se dará no Jardim Botânico de Curitiba, precedido da inauguração pelo Senhor Presidente da República da Galeria Frans Krageber.

Depois vamos ao Sítio Cercado à entrada das Vilas de Ofício. As Vilas de Ofício que são o programa que Curitiba está recomendando às Nações Unidas como prática correta de promoção humana e social.

E depois haverá a inauguração do Farol da Cidade, na Pedreira do Pilarzinho,

esse farol será o primeiro da cidade ligado à Internet. Eu vou apresentar às Nações Unidas a idéia de que o conhecimento é uma infra-estrutura urbana. Tão importante como saneamento, como transporte, como saúde, como iluminação. O conhecimento democratizado é uma infra-estrutura urbana.

E vamos depois ter a entrega dos prêmios do habitat numa Sessão Solene na Ópera do Arame na noite também da segunda-feira.

Esses convites que os Senhores vão receber e vou passar às mãos do Deputado Anibal Khury, me escusando não passar, pessoalmente, às mãos de cada um, porque devo ir à Câmara Municipal neste mesmo horário, ele é para almoço com o Presidente da República. Por razões de segurança de estado, por estarem muitos signatários estrangeiros, peço que por favor confirmem a preseça o mais tardar até amanhã de tarde para que a gente possa reservar os lugares para os senhores parlamentares. Na verdade tudo isso é suprapartidário, isso é de grande orgulho para a nossa cidade e para o nosso Estado e isto é de fundamental importância para o nosso país. Porque a partir do momento em que a Organização das Nações Unidas inclui entre as melhores práticas de urbanismo a nossa Cidade de Curitiba, abre-se uma discussão muito forte de que a tendência ao empobrecimento, a migração, não é um destino. É possível a gente sonhar com um Brasil feliz. É possível a gente sonhar com uma cidade justa, é possível a gente sonhar com problemas resolvidos. Curitiba não é paraíso, Curitiba é modelo, sabe para onde quer ir. E estes eventos aqui realizados eles confirmam estas práticas curitibanas como práticas corretas, voltadas para a luz e voltadas para o conhecimento universal.

Muito distinguido, eu, Prefeito, minha mulher o Governador e a Senhoras vamos ficar com a presença maciça dos ilustres Parlamentares a quem eu cumprimento na pessoa do nosso líder neste Parlamento e na pessoa do seu decano e ilustre Presidente, nosso amigo, Deputado Anibal Khury. Muito obrigado.

Boa tarde. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Sessão está suspensa por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprir e receber o convite das mãos do Prefeito Rafael Greca.

SESSÃO SUSPensa...

Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra no Horário das Lideranças ao Deputado Ângelo Vanhoni.

(Declina)

PSC com a palavra (Declina)

Marquinhos Alves com a palavra, Líder do PTB.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Sr. Rafael Greca, é com imensa satisfação que nós ocupamos neste instante a Tribuna para mostrar a nossa felicidade, o nosso orgulho em fazer parte deste Parlamento, o qual nós estamos compartilhando no primeiro mandato de Deputado Estadual, estamos compartilhando com Deputados que marcam a história de todo o Estado do Paraná. Podemos citar alguns exemplos de Deputados que ao longo de suas vidas vem demonstrando ao Estado do Paraná um gesto de contribuição ao crescimento deste Estado que é muito querido pelos Estados Brasileiros. Posso citar aqui o Deputado Anibal Khury que muito tem contribuído com sua experiência, o Deputado Alborghetti que também ao longo de sua carreira política iniciada na cidade de Londrina, homem que vem da cidade de Andradina no Estado de São Paulo, contribuindo também para o nosso Estado do Paraná. Deputados como Basílio Zanusso e outros Deputados que contribuem e estão contribuindo com a sua experiência e nós com a nossa primeira vez chegando a Assembléia Legislativa, queremos unir a nossa vontade de trabalhar, a experiência desses homens que estão também mostrando a sua fibra, a sua luta. Nós queremos também, Srs. Deputados, mostrar a nossa vontade de trabalhar pelo Estado do Paraná. Subo a esta Tribuna para externar os meus agradecimentos a toda a população da região da cidade de Maringá, a qual represento. Nós que somos um Deputado eleito pela coligação do Governador Jaime Lerner, queremos cumprir também o Deputado Joel Coimbra, que representa nossa cidade, Deputado Nerone e também em nome dos Deputados de Maringá agradecer ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, pelo seu empenho frente a sua Secretaria, a Pasta que ocupa.

Nunca é demais lembrar que o episódio nefasto de Mal. Cândido Rondon, o Secretário teve uma atuação decisiva e merecedora de muitos elogios. Nós, como Parlamentar, não poderíamos deixar aqui de externar que nós estamos aqui comungando com os objetivos do Governo do Estado do Paraná, de Jaime Lerner.

Entretanto o Secretário Cândido não parou na sua batalha, a Segurança continua, a população necessita do esforço de cada um de nós, e o Secretário da Segurança sabe disso. E era preciso investir, investir em meios necessários à prevenção e também da Segurança Pública. Isso se fez agora, nos últimos dias, com os equipamentos necessários à prevenção. Nós somos testemunhas do empenho de todos os Srs. Deputados, em conseguir as viaturas que ora estão sendo distribuídas, pelo Paraná.

afora. E Cândido atendeu, foram distribuídas 117 viaturas, até então, num total de 160. Sendo que são 117 viaturas, até então, num total de 160. Sendo que são 47 Veronas, 35 Golfs, 20 Santanas, 15 Voyages, só para a gente especificar.

Mas o Secretário Cândido Martins continua suas metas de trabalho, Cadeias e Delegacias de Polícia terão reformas no interior do Estado do Paraná. O Governador Jaime Lerner vai investir, na 1.ª etapa, em 111 municípios, num total de 2.335.000 reais, para atender as reformas das delegacias. Na região de Maringá, 11 municípios serão atendidos, num total de 255.000 reais, repasse às prefeituras, visando parcerias nestas reformas. Os municípios de Atalaia, Cruzeiro do Sul, Dr. Camargo, Flórida, Itaguagé, Jardim Olinda, Paissandu, Paranaipoema, Santa Fé, São Carlos do Ivaí e Sarandi.

Pessoalmente, eu, através de ofícios, também tenho me empenhado, nesta luta pela Segurança do Estado do Paraná. E nós, em parceria com os Deputados de Maringá, para que o antigo prédio da Delegacia de Polícia de Maringá fosse reformado e destinado a órgãos da Segurança Pública, como Delegacia da Mulher, Delegacia de Trânsito, Delegacia do Menor, Serviço de Identificação e 1.º Distrito Policial de Maringá. E o Secretário da Segurança, mais uma vez atendeu a população de Maringá, com o valor de 100.000 reais que serão destinados a esta reforma, em convênio a ser celebrado entre a Secretaria e a Prefeitura de Maringá, com a participação efetiva do eminente Prefeito de Maringá, Dr. Said Ferreira, que tem o meu agradecimento, como Deputado Estadual, que seja extensivo ao Sr. Governador, titular maior desses empreendimentos.

Concedo o aparte ao Deputado Joel Coimbra.

O Sr. Joel Coimbra - Deputado Marquinhos Alves, no momento em que V.Exa. inicia o seu trabalho de tribuna, nossas palavras são de estímulo e solidariedade.

V.Exa. representa o Paraná jovem, que assume o compromisso de lutar para dar ao nosso povo um novo sistema de vida, que proporcione condições de trabalho, de prosperidade e de justiça para todos e assume num momento em que nossa região clama por maior representação política e tem cumprido o mandato de uma forma brilhante, de forma que a todos nós honra e engrandece.

Portanto, eu não poderia permitir que V.Exa. encerrasse as suas palavras para que deixasse aqui de público a nossa alegria, a nossa admiração e a disposição de que possamos juntos realizar um trabalho conjunto para o nosso povo de Maringá, de

toda nossa base Noroeste e também de todo o Paraná.

Meus parabéns, felicidades e vamos trabalhar juntos.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Obrigado Deputado Joel Coimbra que também divide com a gente o compromisso de representar bem a nossa região em todo o Estado do Paraná.

Queremos também agradecer, especialmente, novamente ao Governador Jaime Lerner, que tem mostrado a sua preocupação com todo o Estado, pois foi eleito para esse compromisso que ora está cumprindo e nós viajando por todo o Estado do Paraná, nós sabemos que as regiões mais longínquas estão sendo atendidas pelo governo Jaime Lerner.

Nós queremos dizer ao governo que tenha certeza de que Maringá e região agradecem muito ao Senhor Secretário Cândido, que tenho alta estima e consideração pelo que tem feito pela população paranaense.

Quero agradecer a atenção dos Senhores e em nome do povo da região de Maringá, queremos dizer muito obrigado pela atenção dos Senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Visita a Assembléia o Vereador Nelson de Antonina, a vice-prefeita Bety de Colombo, o Prefeito de Colombo e o Presidente da Câmara de Colombo. A Mesa deseja uma boa estada nesta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer aqui um registro para depois abordar um assunto importante e gostaria da atenção dos nobres pares desta Casa.

O registro é de que em várias oportunidades, eu tenho certeza que inúmeros parlamentares também ouviram isso, a previsão da próxima safra, a nossa âncora verde do Plano Real, a uma previsão de que a produção não vai diminuir, pelo menos não vai diminuir o suficiente para que seja abalado na sua base são pautadas praticamente em cima da área plantada, não levando em consideração de que em muitos casos, ou em muitas culturas a tecnologia utilizada não seja obviamente a mesma já utilizada pelos produtores em outras oportunidades.

Diminuiu a aquisição de fertilizantes, de máquinas, de equipamentos, de insumos, o que seria fundamental para a próxima safra.

Mas quero fazer um registro baseado em todos os problemas que atravessa a agricultura, um registro que há poucos dias atrás nesta Casa, foi aprovado um Projeto

de Lei da nossa autoria estabelecendo o subsídio de 70% até 50 ton. para o insumo que é fundamental que é o calcário, que segundo dados levantados por órgãos competentes como a Sec. da Agricultura 67% das nossas áreas agricultáveis são ácidas.

E gostaria de fazer um registro de agradecimento de primeira instância aos nobres Deputados desta Casa, que por unanimidade, sem alteração ou qualquer emenda aprovaram esse Projeto de Lei. Em segundo lugar por ter tido o Governador Jaime Lerner a compreensão do alcance social desta Lei, do benefício que ela traz e ter tido a sensibilidade para transformar o Estado do Paraná, no primeiro Estado do País onde o calcário agora é lei. Sancionou o Governador o nosso Projeto de Lei, que para nossa honra haverá de juntos com os companheiros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ser executado com eficiência do Estado pela Secretaria da Agricultura, beneficiando milhares de produtores, por que nós temos cerca de 280 mil proprietários com área inferior aos três módulos fiscais estabelecido no Projeto.

Aliás o Governador vai marcar uma solenidade no Palácio Iguçu, segundo eu fui informado para dar notícias ao Paraná da execução desta Lei que foi aprovada por esta Casa. Gostaria também de registrar o fato de que não bastasse os problemas porque passa a agricultura e chamo a atenção aqui dos Deputados do interior aqui do nosso Paraná. Tivemos pelo menos foi assim na cidade de Pato Branco, a qual me orgulho de representar nessa Casa e na nossa Região do Sudoeste do Paraná, Deputado Nereu Moura e Deputado Caíto Quintana.

A nossa região foi acometida por um temporal com ventos a mais de 90 quilômetros por hora, deixando desabrigadas inúmeras famílias, além do que além dos prejuízos da área urbana, tivemos no momento em que os agricultores preparavam-se para colher o trigo, e o triticle, inúmeras áreas dessas culturas totalmente prejudicadas por esse fenômeno. Eu já estou encaminhando requerimento ao Governo do Estado solicitando que nos ajude a minimizar os problemas que os Municípios já estão vivenciando, é óbvio que nesse momento, onde inúmeras famílias ficaram desabrigadas, além do que inúmeras áreas dos nossos produtores rurais ficaram totalmente prejudicados, principalmente porque muitos deles plantaram, sem o seguro agrícola, com recursos próprios, já numa situação difícil que se encontra a agricultura, imaginem qual é a situação desses agricultores. Então estou encaminhando requerimento a Casa, o qual gostaria de ver aprovado pelos

companheiros Deputados, para que nós tenhamos o apoio do Governo do Estado nesses Municípios prejudicados sensivelmente por esse temporal, onde todos nós podemos acompanhar pela imprensa. Antes de conceder o aparte ao Nobre Deputado Nereu Moura, eu gostaria apenas de pedir a atenção dos Senhores Deputados para aquilo que eu vou falar aqui, não na condição de Deputado, mas na condição de Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, principalmente os Deputados do nosso interior, que prestem a atenção numa medida através de uma resolução do Banco Central do Brasil que instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, através de uma iniciativa do Ministério da Agricultura. Eu peço atenção, porque sabemos que são milhares de produtores que não têm tido condições de fazer o seu plantio, muitos deles, utilizando semente, inadequadas, não tendo condição de usar tecnologia e quantos Deputados vão ao interior do Estado e recebem a cobrança dos agricultores no sentido de termos uma linha de financiamento no Banestado em equivalência-produto para que agricultores possam fazer o seu plantio. O PRONAF foi estabelecido e peço auxílio dos pares desta Casa, para que tenhamos condição de fiscalizar se esse recurso encontra-se no Banco do Brasil. Segundo informações, o recurso já deve estar nas agências e os agricultores poderão se beneficiar em até 30 mil reais para custeio e 10 mil reais para financiamento, juros de 16% ao ano com rebate de 25%, o que ficaria em 12% com taxa de PROAGRO, que é o seguro agrícola, de 2%.

É claro que existem itens para que sejam cumpridas as exigências do Banco, mas um acordo através da FETAEP junto com o Banco do Brasil, aqui no Paraná, estabeleceu: os agricultores não precisam ter saldo médio, conta bancária ou algumas outras exigências que o Banco do Brasil faria inicialmente.

Precisam apenas os agricultores apenas abrir uma conta sem ter um movimento, ou sem ter poupança ou sem ter saldo médio, estabelecer o cadastro e a Emater fornecerá o Plano Simples para que os agricultores tenham esse financiamento.

Gostaria que os Senhores Parlamentares tivessem a possibilidade de ver nas agências dos seus municípios se isso está realmente ocorrendo. Caso não esteja, nos comuniquem para que nós novamente junto com a FETAEP, que foi uma das gestoras desse programa junto ao Ministério da Agricultura, nós pudéssemos junto ao Banco do Brasil estabelecer negociação para que os problemas fossem resolvidos se assim surgirem no interior do nosso Paraná e também estou colocando um requerimento

hoje, solicitando ao Banco do Estado do Paraná que abra uma linha de financiamento para milho e feijão aos pequenos produtores e equivalência-produto, o que pode ajudar aos nossos pequenos agricultores a terem a possibilidade de plantar.

Passo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Augustinho Zucchi. Acompanhei o seu pronunciamento e quero apartear-lo para reiterar de que muito tem se falado nesse país e nós, como políticos, como agentes políticos, temos, no período eleitoral e no desempenho dos nossos mandatos, questionado muito os governos, tanto federal, estadual e municipal pela falta de uma política clara que vise ser um fomento da agricultura nacional, especialmente aqui no Paraná. Exatamente por isso quero cumprimentar V.Exa. que é efetivamente um técnico qualificado, que desempenhou um trabalho fantástico na região sudoeste, como chefe de um núcleo na Secretaria da Agricultura e agora, alçado à condição de Deputado Estadual, desempenha o seu mandato com muito brilhantismo e V.Exa., apresentou aqui nesta Casa um projeto para disciplinar a distribuição de calcário pelo governo estadual. Esta Casa pensou favoravelmente há dias atrás, verificando no Diário Oficial, a publicação da lei, projeto sancionado pelo governador Jaime Lerner.

Por isso, por esse projeto, V.Exa. já teve parte do seu mandato coroado aqui nesta Assembléia. Queremos que o Governo do Estado faça a regulamentação do mesmo, a fim de que os agricultores do Paraná recebam os benefícios do calcariamento das suas propriedades, com auxílio dos 70% do produto colocado na lavoura. Evidentemente que, caso contrário, V.Exa. sabe como todos nós sabemos, que, caso contrário, se não houver esta definição clara por parte do governo de subsidiar o calcário o agricultor não tem como fazer a aquisição e não tem como calcariar a sua propriedade.

Então quero parabenizá-lo pela iniciativa, pela sua luta em favor da agricultura na nossa região e do Paraná, porque este projeto do calcário irá beneficiar todo o Estado do Paraná. E dizer que a agricultura se não bastasse a falta de regras, se não bastasse a falta de uma política que possa dar tranquilidade ao agricultor de plantar, de poder produzir na sua propriedade também recebe os castigos lá de cima.

Agora nós tivemos uma estiagem longa, perversa e cruel se não bastasse a estiagem veio a chuva forte que acabou comprometendo a expectativa de produção do trigo e atrasando ainda mais o plantio da soja e o plantio do milho. Isso também tem causado aborrecimento muito grande na agricul-

tura paranaense e da nossa região, somando-se à falta da política firme e decidida por parte do Governo Federal. Concluo parabenizando novamente V.Exa. que aqui, como Deputado, tem sido firme e brilhante e tem orgulhado muito a Região Sudoeste aqui nesta Casa de Leis. Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Obrigado pelo aparte, Deputado Nereu. Fico feliz por nós estarmos juntos na representação do Sudoeste do Paraná V.Exa. que tem tido um trabalho árduo e determinado em favor da nossa Região. Para concluir gostaria de dizer que os Senhores Deputados Estaduais devem estar atentos a esta situação delicada porque passa o setor produtivo em nosso país e em especial do nosso Estado.

Estarmos atentos a essas alternativas que possam cada vez mais minimizar os sofrimentos deste que persiste, por tradição e por orgulho, a continuar na profissão mais antiga e uma das mais dignas do universo.

O Sr. Cezar Silvestri - Me concede um aparte? (Assentimento).

Ouvi atentamente o seu pronunciamento e quero me somar às suas preocupações e também levantar uma questão que já foi motivo de pronunciamento do Deputado Plauto Miró. Guimarães - há dias atrás - com relação à questão dos insumos aqui em nosso país. Nós ficamos, realmente, extremamente tristes e aborrecidos quando vemos a intervenção do governo em plena safra com importação de produtos agrícolas, prejudicando os produtores rurais. Nós tivemos isso não somente na safra passada, mas nos últimos anos isso sempre vem ocorrendo. E não sei se é do conhecimento de V.Exa., nós tivemos agora um aumento, principalmente com relação a adubo de 100% nos últimos 30 dias. Infelizmente não vimos uma posição firme por parte do Ministério da Agricultura. Acho que o papel do Ministério, principalmente quando quer intervir, com importações para segurar o preço produto-agrícola ele teria que ter o dever cívico de intervir, também, na questão dos insumos.

Nós estamos aí com uma moeda estável e principalmente baseada na cesta básica, baseada na agricultura em cima da produção agrícola. E, infelizmente, não vimos uma posição por parte do ministério com relação à questão dos insumos agrícolas principalmente com relação a adubo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agrego o aparte Deputado Cezar Silvestri, V.Exa. tem conhecimento como agropecuarista que é, da situação da nossa agricultura. Aliás, sobre isso que V.Exa., coloca, ontem à noite na televisão - acho que muitos par-

lamentares assistiram - de que o governo está intervindo no preço dos aluguéis através de um acordo feito pelas imobiliárias, que preço dos aluguéis foi colocado a um patamar muito alto, justamente dizendo de que com uma moeda estável não se pode ter uma alta de preço desta natureza, acima do preço de mercado. Agora, imagine 100% do adubo de aumento, 52% da uréia, a semente num preço exorbitante, o custo de produção muito acima daquilo que podem tirar da terra os agricultores, uma dívida de 3,3 bilhões de reais, juros cobrados de 7 a 17% chegando a 24, quando o próprio Tribunal Superior de Justiça em vários casos dá hoje ganho de causa a alguns agricultores porque proíbe a cobrança de juros de mora além de 1%. Lamentável é que o país não se aperceba disto e que não combata os monopólios e oligopólios e não se tome cuidado no Congresso Nacional antes de privatizar, porque há uma onda de privatizações neste país sem igual e às vezes ou quase sempre o monopólio privado é muito pior, é extremamente muito mais prejudicial à população do que o monopólio público onde às vezes é mal gerenciado. E o que aconteceu com vários setores da nossa agricultura é de um descaso total. Os agricultores não conseguem repor o parque de máquinas, renegociaram a dívida numa situação de pressão total. Vamos ver o resultado disto assim que tivermos a colheita da próxima safra.

Portanto, qualquer alternativa que não seja do preço do produto que o Estado não pode mexer, do custo de produção que também o Estado não pode mexer, mas as outras alternativas para aumento de produtividade, para garantia do pequeno produtor, especialmente.

Recebi os dados do Incra hoje e fiquei pasmo. De três hectares, digo, de cinco hectares até três módulos fiscais nós temos duzentos e oitenta propriedades no Estado do Paraná, quase todas sem uma condição básica para continuar produzindo.

O nosso trigo que precisamos importar quase seis milhões de toneladas. A Argentina não vai mais fornecer trigo, em torno de 4 milhões de toneladas ao preço que fornecia. As empresas moageiras do país vão pagar o preço do lobby ao longo dos anos, querendo o trigo importado e não permitindo que o nosso produto aqui tivesse algum apoio sequer do Governo Federal.

Hoje a produção no Paraná, Estado de maior produção, não vai alcançar mais de um milhão e duzentas mil toneladas e o preço do pão será pago mais uma vez pelo contribuinte, porque não tivemos a capacidade de subsidiar quem produz, vamos ter que subsidiar quem consome ou então quem consome não vai poder consumir. Muito obrigado e gostaria de agradecer ao Depu-

tado Anibal Khury, Presidente da Casa, por ter me dado essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT, PSDB (Declinam). PFL com a palavra. Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Folha de Londrina de ontem traz numa das suas matérias a seguinte manchete: Polícia Federal e Receita Federal fecham a fronteira. Cinquenta agentes da Polícia Federal, 270 fiscais da Receita Federal, começam hoje, na BR-277, Ponte da Amizade, Ciudad Del Leste a Operação 3..

Ótimo! Somos a favor do combate ao contrabando, somos a favor do combate ao tráfico de droga, somos a favor das operações que visem coibir os abusos, nesta área, neste setor. Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conheço de perto e sei, muito bem, o que há por trás desse lobby que visa, com altos custos, ocupando um grande espaço na mídia este tipo de operação. Na verdade, o que há por trás desse tipo de operação é uma concorrência, ou até o medo da concorrência de produtores de brinquedos, fabricantes de brinquedos, desse nosso Brasil, representados pela ABRINQ e o lobby, muito forte, muito bem organizado, que sai da zona franca de Manaus. Esses grandes, megas empresários, como é o caso dos instalados na zona franca de Manaus, que atuam de benefícios fiscais, gozando de isenções fiscais, na verdade têm um medo enorme da concorrência dos produtos que entram, via Foz do Iguaçu, vindos do Paraguai.

Mas o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, visa este tipo de lobby, e isso tem sido uma constante, denegrir a cada vez mais a imagem da nossa cidade de Foz do Iguaçu, que é uma cidade turística, que já está praticamente às moscas, e que estão querendo tirar daquela cidade, daquela região o comprista, o sacoleiro. Esse cidadão que está desempregado, que percorre, durante uma noite inteira, 500, 600, 1.000 quilômetros para chegar na ponte, atravessá-la comprar o que a cota permite, 250 reais, voltar na outra noite e fazer disso seu meio de vida. Mais de 50.000 trabalhadores brasileiros vivem desta economia informal. Há inclusive na minha cidade, Foz do Iguaçu, um movimento de sacoleiros visando a criação de uma associação, para brigar pelos seus direitos. Porque eles são escochados, esfolados, o tempo todo.

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Spada, quero cumprimentar V.Exa. porque V.Exa. está trazendo um assunto da mais alta importância para o Paraná e para o desempregado,

para o trabalhador que hoje está perambulando nas ruas de todas as cidades, até no interior do nosso Estado. Eu via com tristeza até, por que não dizer, a operação que a Polícia Federal, as autoridades competentes do nosso País estão fazendo, a partir dessa semana, na fronteira, na Ponte lá.

E eu estava atento na reportagem feita pela imprensa, principalmente pela televisão, e vendo lá os estoques de produtos apreendidos na fronteira. Quero dizer a V.Exa. que eu também comungo do vosso pronunciamento, e quero dizer mais ainda que se o Estado, o País, não têm condições de oferecer, no momento, emprego suficiente para que os brasileiros possam trabalhar numa atividade específica e permanente ele para poder sobreviver e dar de comer aos seus filhos, a sua esposa, ele tem que fazer de tudo que é possível, e muitas vezes até o impossível. E quando baixaram uma norma, uma resolução pedindo que se traga apenas duas sombrinhas, um exemplo, que eu quero citar a V.Exa., vi aquilo com tristeza. Para os grandes negócios o Brasil está abrindo suas fronteiras, muitos produtos quase que isentando de impostos, para o pequeno, para o trabalhador desempregado do nosso País, fecham-se as porteiças, prendem-se os poucos recursos que se têm do trabalhador, do sacoleiro que viaja noites e noites, passando dentro de um ônibus, sem dormir, com sacrifício, as suas poucas economias retidas lá na Receita Federal, depois serve para se fazer muitas vezes e outras até nós não sabemos que rumo toma aqueles produtos apreendidos.

É um descalabro, uma injustiça que o nosso Governo está fazendo, com relação aos sacoleiros dentro do nosso Estado. Aqui dentro da nossa Casa existem muitos que nos finais de semana, para poder aumentar o seu salário, se vê obrigado a tomar o ônibus aqui na sexta-feira à noite, voltar no sábado à noite, para poder aumentar a renda do seu salário, se vê obrigado a fazer isso, porque quando a fome bate em casa, quando a mãe de família ou o pai vê o filho pedindo comida e não tem, o pai se obriga a fazer qualquer coisa, desde que ele não roube e não mate, o restante para mim é tudo lícito.

Por isso cumprimento Vossa Excelência, e quero deixar registrado o meu protesto também por esta ação dura que as autoridades do nosso País estão fazendo com a fronteira, principalmente com os pequenos, com os sacoleiros.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado, Deputado Toti Colaço.

É bom salientar, Deputado, que esses coitados desses sacoleiros são, normalmen-

te, aposentados, funcionários públicos que ganham salários irrisórios, pessoas pobres, humildes, que vão lá com 300, 350, 400 dólares para fazer suas comprinhas.

Em Foz do Iguaçu temos mais de vinte mil pessoas que atravessam a ponte diariamente, para ganhar o pão do outro lado, já que o Brasil não oferece emprego para essa gente. Querem acabar com essa economia também, com tudo isso não podemos concordar.

Digo mais, vejo aqui que a Receita Federal anuncia com alarde que, durante este ano, até o mês de agosto, a apreensão feita nestas barreiras foi de trinta milhões de reais. Ora, ora, Senhor Deputado, trinta milhões de reais é o contrabando que entra num dia, numa noite, pelos "containers" que nem chegam a ir para o Paraguai, que do Porto de Santos, do Porto do Rio de Janeiro, do Porto de Paranaguá, nem vão para o Paraguai, é o contrabando de um dia que entra por aviões, pela fronteira ou até pelos grandes aeroportos desse nosso Brasil.

Então, não é justo que calemos nesse momento, contra essa irracionalidade, na verdade esse "lobby" muito bem organizado pela Zona Franca de Manaus, contra esses coitados que vivem desse tipo de trabalho, da economia informal.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Muito obrigado, Deputado.

Gostaria apenas de lhe cumprimentar pelo seu pronunciamento, e no momento em que o brasileiro está sendo desempregado, todo dia no Paraná mais e mais trabalhadores estão sendo desempregados. Ponta Grossa é um exemplo vivo disso, enquanto a nossa IMPAR não funciona, está parada, enquanto outra metalúrgica está despedindo vários metalúrgicos também, vemos que a única solução para o povo é ir para Foz do Iguaçu buscar suas bugigangas e vender nas grandes cidades.

Conheço inúmeras pessoas que fazem isso para sobreviver. O que lamentamos profundamente, é que a Receita deveria fiscalizar os verdadeiros sonegadores deste País, não o faz, faz de conta que eles não existem e fica pegando aí, essas pessoas que sustentam a sua família graças a esse trabalho feito lá em Foz do Iguaçu, passando noites e noites sem dormir, viajando, arriscando a vida, arriscando até o capital que tem quando é pego pela Receita.

Por isso, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que, enquanto esse País continuar pobre e abandonado, sem emprego e este Estado sem trabalho, arrebatado sem trabalho para o nosso

povo, o único caminho que resta ao trabalhador é fazer isso.

A Receita deveria fiscalizar os pilantras deste Estado, deveria fiscalizar os magnatas, que são os maiores sonegadores, e não o povo que vai lá, passa noites e noites em busca de aumentar o seu orçamento no final do mês, para sua família ser sustentada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me trás a esta tribuna, na realidade, é um assunto que já esteve em pauta na Assembléia Legislativa por diversas vezes.

Me preocupa muito a situação em que se encontra o Banco do Paraná. Há uma série de boatos circulando entre os treze mil funcionários do Estado do Paraná - e esses boatos não são de hoje, são boatos que vem cada vez mais ganhando força no interior - que o Presidente do Banco do Estado, o Senhor Luiz Antonio Fayet teria pedido demissão ao Governador Jaime Lerner, e que ainda não teria havido uma reunião entre o Governador e o Presidente do Banco para a discussão do seu pedido de demissão. A imprensa já noticiou isso.

Quero dizer, Deputado Romanelli, que esta situação para o Banco do Estado é profundamente prejudicial. Todos sabemos que é diferente com a SANEPAR, é diferente com a COPEL, a SANEPAR, para faturar, para ser uma empresa pública saudável, a água, Deputado Rossoni, entra na casa das pessoas quando abre a torneira. E as pessoas estão consumindo água, as fábricas estão consumindo água, isso está trazendo receita para uma companhia estatal. A COPEL, Deputado Caíto Quintana, independente da situação do corpo técnico da COPEL, do humor do Presidente da COPEL, a COPEL continua gerando energia e esta energia sendo consumida e trazendo receita para a companhia. Não é o caso do Banco do Estado, ele depende viceralmente da disposição do elemento humano, o corpo gerencial, o corpo técnico do Banco do Estado precisa estar motivado para ir num mercado, numa disputa acirrada contra o Itaú, contra o BRADESCO, BAMERINDUS, Banco do Brasil, no sistema financeiro, para captar recursos para alavancar as políticas que o Governo do Estado tem em relação ao processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Então, essa indefinição, esse processo que acontece hoje dentro do Banco do Estado é profundamente prejudicial para o Banco público, não é prejudicial para o Senhor Fayet, é prejudicial para o Banco do

Estado e por consequência, ao Governo do Estado do Paraná. Mas é mais do que isso, é mais do que esta preocupação que tenho e que me traz a esta tribuna, porque os Deputados são testemunhas de que o Presidente do Banco, junto com a Diretoria, numa reunião secreta aqui na Assembléia Legislativa, no final do semestre passado, onde estávamos discutindo as suspeitas de rombos no Banco del Paraná, as palavras ditas pelo Presidente do Banco do Estado, é de que nada poderia ser dito a respeito do Banco Del Paraná, porque era impossível, em função do sigilo bancário, e que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - inclusive sugestão até do próprio Presidente Fayet - através de uma CPI e de uma solicitação ao Senado Federal, ao Itamarati, ao Banco Central, para que solicitasse ao Governo paraguaio a liberação do sigilo bancário, para que as denúncias que estavam sendo veiculadas na imprensa paraguaia e na imprensa brasileira, pudessem ser apuradas.

Ora, os contribuintes e a população do Estado do Paraná ainda não têm resposta a estas denúncias, tampouco a Assembléia Legislativa procedeu encaminhamento de uma CPI. Mas, Deputado Caíto Quintana, lembramos as palavras do Presidente do Banco do Estado: "Eu, enquanto Presidente do Banco do Estado, procurei instituir uma auditoria, inclusive citou o nome da empresa, se não me engano, Price, parece, para proceder a uma auditoria no Banco Del Paraná.

Veja bem, Deputado Rossoni. Novamente boatos chegam aos meus ouvidos, sistematicamente, porque sou funcionário do Banco do Estado e as notícias acabam saindo das gavetas e entrando na nossa mente e na nossa consciência, se essa auditoria já foi concluída e passem os Senhores, comprovadas as irregularidades na gestão anterior do Banco Del Paraná, e mais do que isso, comprovados indícios de irregularidades gravíssimas na atual administração do Banco Del Paraná e inclusive com envolvimento de pessoas do 1º Escalão da direção do Banco do Estado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite-me um aparte?  
(Assentimento)

Vossa Excelência que é da família BANESTADO, deve ter uma dificuldade enorme para fazer esse pronunciamento. Por quê? Porque todos sabemos o quanto é ruim para um estabelecimento bancário, boatos, notícias, "disque-disque" e tal sobre operações realizadas num banco. O Banco do Paraná, tradicionalmente no nosso Estado, fica meio em suspeição exatamente porque está fora, está num vizinho País aqui, do Brasil, mas o que é que nos leva a ir à

tribuna, falar sobre o Banco do Estado do Paraná, empréstimos, gestão passada, gestão atual, como Vossa Excelência está fazendo? É a desinformação.

Se a Diretoria do Banco do Estado do Paraná nos prestasse os esclarecimentos, nós, obviamente seríamos como sempre fomos, os defensores do Banco público do nosso Estado. Agora, qual é o procedimento? Ouve-se, informação não se recebe. Nos pegaram no contrapé naquela reunião, alegando sigilo bancário até de coisas que não são sigilo bancário. É claro que isso avoluma a suspeita de que se tenta acobertar alguma coisa.

E veja bem, Deputado Algaci Túlio, se fôssemos, por irresponsabilidade, ir à tribuna e acusar diretamente, porque tanto quanto o Deputado Vanhoni, também tenho conhecimento até de nome de empresas que estão beneficiadas, de operações que estão sendo feitas. Se a gente fosse levantar, acusando, mesmo que fosse indevidamente, colocaria na obrigação de o banco dizer: "Não, não aconteceu. Não aconteceu, pelo menos nesse valor. Foi menos ou foi mais" e tal. A gente não quer fazer, porque todos nós queremos a imagem do Banco do Estado do Paraná preservada.

Então seria importante e parabenizo Vossa Excelência, até por ser do corpo funcional do BANEESTADO, de que possamos continuar tentando conseguir as informações. Não para prejudicar, pelo contrário, para proteger a instituição bancária Banco do Estado do Paraná, que é um patrimônio do povo paranaense.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Obrigado, Deputado Caíto.

O Paraná precisa do Banco do Estado. Há uma polêmica instituída pelo Banco Central e alguns adeptos dessa visão de que deveriam ser extintos os Bancos públicos, mas qualquer economista de bom senso entende e vai perceber que ao longo da história dos países de 1º Mundo, da Europa, dos países onde o capitalismo e o liberalismo mais frutificou na história da Civilização Humana que é a América do Norte, os Bancos públicos tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de determinadas regiões. Não se é a favor da constituição de Bancos públicos ou de defesa de Bancos públicos onde as regiões e o potencial econômico dessas regiões não necessitem de um direcionamento para alavancar a produção e que esteja comprovada uma potencialidade de desenvolvimento e da atuação de um Banco estatal, para que não fique a ótica única e exclusiva do mercado a dar as diretrizes para um processo de desenvolvimento que deve ser regional.

Por isso, no Paraná, um Estado econo-

micamente forte, um Estado que contribui para a construção da riqueza deste País, mais do que nunca o Banco do Estado é fundamental. E essas não são palavras minhas. O próprio Governador Jaime Lerner, está convencido de que o Banco do Estado é importante para o Paraná e para o processo de desenvolvimento da nossa gente. Se isso é verdade, acho que a Assembléia Legislativa que tem se preocupado com o Banco ao longo do semestre: teve o problema da Panela Cheia.

O Deputado Orlando Pessuti fez um brilhante pronunciamento esta semana, a respeito das evasivas até agora por parte do Banco no que diz respeito a uma das atividades fundamentais deste Banco. Que é exatamente estar colado com os pequenos agricultores que por má sorte, nos dias atuais, sofre um dos maiores problemas e mais graves problemas da sua história. Se os pequenos agricultores já eram vitimados pelos problemas de mercado, pelos problemas que o Deputado Zuk - com brilhantismo enumerou aqui - na atual conjuntura com o Plano Real e com o MERCOSUL os pequenos agricultores do Estado do Paraná estão à beira de um colapso absoluto.

E a Assembléia Legislativa teve um compromisso, um compromisso com o Governador e um compromisso do próprio Presidente do Banco do Estado a respeito da reedição de um plano que viesse atender os pequenos agricultores sob a ótica da equivalência-produto. E até agora nada.

Nos preocupa muito mais ainda porque o lucro líquido do Banco do Estado - no semestre passado - foi de 14 milhões de reais. O ex-Governador Roberto Requião numa atitude questionada por alguns e por outros defendida, fez um convênio com o Banco do Estado e com a Polícia Militar. Convênio este que não retirou das ruas do Estado do Paraná nenhum policial que estivesse a serviço da segurança pública. Fez um convênio contratando 650 guardas para proceder a segurança de uma dependência pública, como os guardas da Polícia Militar podem proceder a segurança pública de qualquer órgão público do Estado. A Polícia Militar pode fazer a segurança da Assembléia Legislativa, a Polícia Militar faz a segurança do Governador e do Palácio Iguaçu. Sobre esta ótica, o Governo do Estado economizou em recursos do tesouro perto de 4 milhões de dólares, hoje 4 milhões de reais na contratação da Polícia Militar para proceder a vigilância das agências e do povo que frequenta as agências do Banco do Estado.

Ora, estranhamente a Direção do Banco do Estado rompe este convênio, Deputado Toti Colaço e faz a contratação de 5 empresas de vigilância. Que dará um rombo ao Banco do Estado do Paraná, somente este

ano, de 4 milhões e 200 mil reais. Ora, se estamos num período de dificuldades financeiras para o Sistema Financeiro é neste momento que deveria ser rompido este convênio com a Polícia Militar defendido, inclusive, pela cúpula da Polícia Militar por todos os coronéis da Polícia Militar. Vejo com bastante estranheza esta atitude da Direção do Banco do Estado do Paraná e do seu Presidente Luiz Antônio Fayet.

Acho que a situação é séria. Não podemos permitir que o Banco do Estado vá para o vermelho. Não podemos permitir que os funcionários, que os gerentes, que os supervisores, que os caixas, que o conjunto dos funcionários estejam motivados para disputar o mercado acirrado do mercado financeiro e trazer recursos para os cofres do Banco do Estado que ajudarão o Governo a fazer as suas políticas. Esta é uma responsabilidade nossa.

Nesse sentido, Senhores Deputados, quero propor ao Governo, à Bancada do Governo, quero propor a todas as Bancadas, que se constitua uma Comissão Especial de Deputados da Assembleia Legislativa para tratar das questões do Banco do Estado, mas não mais com o Presidente do Banco do Estado. Acho que este é um problema grave que acontece no Governo do Estado, é de preocupação do conjunto da Assembleia Legislativa e esta Comissão Especial deverá tratar diretamente com o Secretário que é responsável pelo Banco do Estado do Paraná e que preside o Conselho de Administração, o Secretário de Finanças, que deverá se dirigir, levando as preocupações que tem a respeito do Banco Del Paraná e a respeito de várias denúncias que chegam aos nossos ouvidos, operações irregulares cometidas pela atual diretoria. Quero até ressaltar, operações que conheço, que tenho documentação, que não foram cometidas pela diretoria mas foram cometidas pelo Presidente do Banco do Estado do Paraná, contrariando todas as regras do sistema financeiro a nível nacional.

Por isso, não quero alardear, não quero fazer uma denúncia insólita. Quero propor aos Deputados da constituição de uma Comissão Especial para que possam se dirigir ao Secretário de Estado que é responsável pelo Banco do Estado, e, se for o caso, ao Governador do Estado.

O Sr. Irineu Colombo - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ângelo Vanhoni, é apenas para ressaltar a importância do Banco público na convivência harmônica com os Bancos privados, na medida em que este Banco proporciona uma regularização, uma uniformização dos processos naquilo que lhe compete, enquanto Banco, porque está sob a vi-

gilância do público e é ainda um instrumento de distribuição de renda, se for bem usado, devidamente usado, porque capacita aqueles menos capitalizados a se inserir na competitividade, na concorrência, nos investimentos que se fizerem necessários, enfim, se inserir na economia.

Queria apenas lembrar que destas partes todas, resta um questionamento de um outro setor que é o Banco Del Paraná. Também não podemos esquecer, diante dessa preocupação, da labuta, do trabalho que Vossa Excelência vem fazendo merece os nossos louvores, o reconhecimento, porque notei aqui que os Deputados fazem acenos de aprovação quando se referia a estes fatos.

Portanto, entendo que esta Casa tem mudado o aval informal ao pronunciamento de Vossa Excelência. Mas, convém lembrar que estou à busca de uma série de informações do outro lado do Paraná, do Banco Del Paraná, que tem passado, tem um passado aí no mesmo caminho, que merece também uma reflexão mais profunda e ainda o Governo deve uma explicação a este Parlamentar das várias vezes que fiz requerimentos, solicitações para informações.

Obrigado, era isto.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte? (Assentimento)

Só como uma lembrança, folgo em perceber que Vossa Excelência propõe uma Comissão Especial, especial para conversar?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Para conversar. Uma Comissão Especial Secreta para conversar, levar as denúncias para o Governador.

O Sr. Caíto Quintana (Aparte) - E vamos deixar claro o seguinte, Senhores Parlamentares, poderíamos tentar assinaturas para uma CPI.

O que é que uma CPI faz? CPI põe o Banco sob suspeição. Não é este o objetivo. É uma Comissão que possa conversar com o Secretário, levar nossas preocupações, que ele nos diga, olha, aconteceu, não aconteceu. Isto fica entre este Poder como colaboração, sem precisar todo este estardalhaço e a publicidade de uma CPI. Não é isto?

(Assentimento do orador)

Então, meus parabéns. Acho que temos que ir por este caminho.

O SR. ÂNGELO VANHONI - É este o meu objetivo.

Senhor Presidente, antes de terminar, gostaria de abordar um outro assunto. O Prefeito da Cidade de Curitiba esteve presente hoje aqui para convidar os Deputados da vinda do Presidente da República, agora

no próximo dia 2, o Senhor Fernando Henrique Cardoso e como todos sabem, o Prefeito trouxe esta notícia para todos os Deputados, Curitiba foi escolhida como a Cidade Habitat, para ser o centro de uma atividade muito importante que a ONU realiza, periodicamente, isto é, uma conferência anual sobre o habitat. E aí tive oportunidade de manifestar alguma opinião para o Prefeito Rafael Greca.

O Prefeito Rafael Greca, quando fez seu discurso, disse o seguinte: "A Cidade de Curitiba não é paradigma e não é paraíso". O que o Prefeito quis dizer foi o seguinte: a Cidade de Curitiba não é uma cidade de primeiro mundo, como sempre foi dito pela imprensa. Ele colocou algumas dúvidas sobre isso. E disse o seguinte: "Curitiba não é o paraíso, Curitiba apenas é cidade modelo, a cidade modelo que sabe para onde quer ir, sabe o caminho que quer trilhar. Quer trilhar o caminho da luz, quer trilhar o caminho do conhecimento". Foram estas as palavras do Prefeito, estão transcritas na taquigrafia.

Eu disse ao Prefeito: "Prefeito Rafael Greca, ao caminho da luz não tenho nenhuma objeção. Ao caminho do conhecimento, gostaria de ponderar apenas uma coisa", ao conhecimento humano, Deputado Caíto, é fundamental o instituto da dúvida, a possibilidade da crítica, a possibilidade da desconfiança, a possibilidade de duvidar exatamente daquilo que você entende como verdade absoluta.

René Descartes, introduziu, isto lá pelos anos de 1500, como um aspecto fundamental da possibilidade da razão se apropriar do real.

Aí, ponderei ao Prefeito Rafael Greca: "Prefeito Rafael Greca, permita, na busca do conhecimento da Cidade de Curitiba, intraduzir uma pequena dúvida neste seu discurso. Quando da Conferência do Habitat, quero que o Senhor permita que um número de habitantes da Cidade de Curitiba possam levar para a ONU, possam levar para o responsável pela conferência, para aquele escritor famoso dos Estados Unidos, que estará presente, possa levar para o Presidente Fernando Henrique e para Vossa Excelência, os problemas graves que os "sem-teto" e que a periferia da nossa cidade está vivendo".

Disse a ele, Deputado Anibal Khury, que na Rua da Cidadania, que deve ser o espaço democrático para o exercício da dúvida, para o exercício da crítica, para o exercício da busca do conhecimento que liberta a alma humana, lá na Rua da Cidadania, aonde será realizada uma homenagem, uma sessão do Habitat, estarão presentes 1.500 "sem-teto" da Cidade de Curitiba, para buscar luz e para buscar conhecimento. Mais do que isso, para buscar teto,

para buscar dignidade e para buscar alma, que é o que falta a esta cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhei com muita atenção o pronunciamento feito pelo Deputado Vanhoni. Aliás, desde ontem estamos conversando a respeito dessa questão do Banco Del Paraná, do Banco do Estado do Paraná, e a situação desses dois Bancos.

Confesso que não quero passar neste Governo o que passaram os líderes de governos anteriores, com os mesmos problemas, com as mesmas dificuldades de esclarecer como é que funciona esse tal Banco del Paraná. Por que é que esse Banco dá tantos problemas para os governantes, de que forma poderemos encontrar uma saída para que não se repitam problemas.

Não quero ouvir aqui, ao longo dos três anos e quatro meses do Governo Jaime Lerner ainda, que termine o seu mandato com escândalo no Banco del Paraná.

Confesso que me preocupo bastante, especialmente a partir de ontem, quando recebi, não oficialmente, mas uma informação que me deixou deveras preocupado.

Acho que, terminando inclusive a Sessão, irei ao Palácio falar com o Governador, Presidente Anibal Khury, precisamos aconselhar o nosso Governador a tomar uma posição. Ou muda a sistemática, mudar a sistemática é difícil, porque lá é uma outra lei, Paraguai, ou o Governador resolve vender o Banco del Paraná, como tentou fazer o ex-Governador Álvaro Dias. Porque é difícil, a cultura ainda que existe naquele país, com todo respeito aos paraguaios, a cultura que existe nesta área financeira, tem colocado o Banco del Paraná sempre na vitrina de algum escândalo, ou se não tem escândalo, tem a possibilidade de acontecer. Estou realmente preocupado.

Não teria condições, confesso aos Senhores Parlamentares, de ouvir quieto, silencioso, e não ter uma colocação mais afirmativa, quando os Senhores vierem aqui cobrar para frente algum escândalo do Banco del Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, uma das coisas que precisaria ser avaliada e pode ser uma sugestão de Vossa Excelência, possivelmente, alguns Parlamentares desta Casa, inclusive seguramente muitos da assistência aqui desconhecem, por exemplo, que o Banco do Estado do Paraná tem uma

agência em Nova York, por quê? Porque não entrou nunca na berlinda de escândalos, é uma agência do Banco do Estado para operações com moeda de intercâmbios de moedas em negociações do país, com o mercado do mundo.

O Banco del Paraná tem um inconveniente, porque ele tem sócios paraguaios e aí dificulta tudo e aquilo que foi dito aqui no dia em que esteve o Presidente do Conglomerado BANESTADO. Quando não se pode avaliar, nem no Brasil, nem no Paraguai as operações feitas, porque um está sob o sigilo de um Estado e o capital é de outro, não há melhor emprego no mundo do que ser Diretor do Banco del Paraná, porque o sigilo bancário vai impedir que se levante qualquer trambique que eventualmente seja feito, por isso que é de pensar.

Pensar quando? Neste instante. Qual o procedimento? Como fazer para que o Estado do Paraná tenha, é importante que tenha, não só no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, estabelecimentos, por quê? Porque estamos em plena vigência do MERCOSUL. É muito bom que tenhamos estabelecimentos bancários. Agora, como? Para que possamos manter o controle sobre eles, sem estarmos ocultados por esta questão de sigilo bancário, e principalmente no caso del Paraná, pela legislação bancária do Paraguai.

O SR. ALGACI TÚLIO - É verdade, é uma situação bastante complicada. Quem entende melhor desta área é o Deputado Vanhoni, que é bancário. Também fui bancário, mas não tenho essa profundidade nessa área toda.

Com relação ao Banco do Estado do Paraná, evidentemente que nos últimos dias correram muitas notícias com a possível queda do seu Presidente. Isso inquietou a todos nós, para alguns se torcia para que isso realmente acontecesse, para outros havia preocupação. Confesso que não há nenhuma informação oficial nesse sentido, me parece que está na posição de um técnico de futebol, está prestigiado.

Quero dizer também que sou favorável à criação da Comissão, Deputado Vanhoni. Acho que era interessante, pode contar com o apoio da Liderança do Governo. Vamos fazer a Comissão para falar como essa Comissão vai produzir mais. À medida em que vem aqui o Presidente do BANESTADO e cada um quiser fazer pergunta, de repente, não vai ter a produção que se espera, mesmo porque acredito que a Comissão formada por lideranças bancárias e concordamos com isso e o Deputado Nelson vai concordar, podemos trazer melhores informações. O caminho seria este.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli: Quero cumprimentar V. Exa. pela coragem, como

Líder do Governo, ir à tribuna e fazer as afirmações que V. Exa. faz e queria dizer que eu, como oposicionista acho surrealista que V. Exa. como Líder do Governo, vá à tribuna propor uma Comissão Especial para investigar as ações do Presidente do Banco do Estado. Acho que V. Exa. deve atravessar essa rua aqui, como sabemos, publicamente, a sua relação com o Governador Jaime Lerner, colocar ao governo as suas aflições, o Governador cuida dos interesses de todos os paranaenses, ou seja, se o Governador acreditar que há lesão ao patrimônio público, ele vai tomar medidas que vão sanear qualquer ação que possa o Presidente do Banco Del Paraná ou do BANESTADO estar fazendo. Não é o caso da Assembleia fazer uma Comissão Especial para poder acompanhar isso. Acho que é uma decisão do governo e compete ao Governador Jaime Lerner tomar as medidas que forem necessárias. Ele foi eleito para isso.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - É bom deixar claro que o Governador só pode tomar uma decisão a partir do momento em que ele tiver conhecimento do que está acontecendo e essas informações que o Deputado Vanhoni tem e que vou levar ao Governador, essa Comissão vai passar, essa Comissão vai ouvir o Secretário da Fazenda e acho que o caminho realmente é esse. O Governador não pode tomar decisão precipitada e de repente, demitir o Presidente do BANESTADO. Não é esse o caminho, por enquanto, mas se for, tem que ser tomada essa posição.

Acho que esse momento é de cautela e até, sem estardalhaço, porque qualquer coisa que se fale agora em termos de Banco do Estado do Paraná, pode causar sérios problemas e temos que ter uma responsabilidade de ter cautela nas afirmações. Não afirmei que tenho essas informações. Falei da minha preocupação por algumas informações.

Portanto, não estou afirmando nenhuma questão ainda, com relação àquilo que me chegou ao ouvido.

Concedo aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab: Deputado Algaci Túlio quero avaliar o que disse o Deputado Justus.

Passamos aqui, um verdadeiro "carão", na sessão secreta, onde ouvi o Presidente dizer o seguinte: "Não posso falar, porque o sigilo bancário não permite." Então, nada mais justo do que fazer uma sessão aberta com o Presidente do Banco, porque ele vai falar a mesma coisa. Diz que não há possibilidade de falar, porque o sigilo bancário não permite.

Então acho que temos que analisar o

que disse o Deputado Justus, quando diz que é favorável a que nós aqui façamos uma sessão aberta com o Presidente do Banco, porque ele vai falar a mesma coisa que disse na sessão secreta e a imprensa vai tomar conhecimento, porque aquele foi o papel que passamos aqui, foi "papel de otário", Deputado. Otário porque estamos aqui imbuídos da maior boa vontade para fazer um "raio X" de pelo menos, do Banco do Estado do Paraná, do outro lado da fronteira e não estamos sabendo absolutamente nada, porque ele está impedido pelo "sigilo bancário". Acho importante que, pelo menos a população do Estado do Paraná vai saber a verdade com relação ao sigilo bancário, ou não, ou se tudo é uma maquiagem para proteger algumas pessoas.

O SR. ALGACI TÚLIO - Existe uma lei gerida pelo Banco Central, nível de Brasil e pelo Banco Central a nível de governo paraguaio e o Presidente não pode correr o risco de ferir uma dessas leis. Por isso a cautela, por isso essa questão do sigilo bancário. Por isso volto a repetir: a Comissão, o Secretário da Fazenda, conversando com o Presidente do BANESTADO para que tenha melhor produtividade e melhor resultado.

Concedo aparte ao Deputado Joel Coimbra.

O Sr. Joel Coimbra: - Deputado, parabeniço-o pela coragem de vir a esta tribuna se dispor a formar essa Comissão para dar a explicação que o governo tem o dever de dar, quero me somar à posição do Deputado Nelson Justus e Ricardo Chab, no sentido de que não haja uma sessão secreta, mas uma sessão aberta. E dois aspectos devemos analisar: primeiro, é público e notório que o sigilo bancário não serve mais à coletividade. Ele está servindo para acobertar a sonegação, a corrupção e está virando um mecanismo legal a serviço da criminalidade.

Outro aspecto: o sigilo bancário tem sido mal usado, aproveitando o pouco conhecimento da sociedade, porque é uma matéria de extremo rigor técnico e muitas vezes o sigilo bancário é usado tão somente para acobertar a má vontade ou a esperteza de determinados administradores ou órgãos públicos.

Então seria bom, importante e necessário que fizéssemos essa sessão aberta e que viéssemos a esta sessão preparados inclusive com alguma noção a respeito do sigilo bancário. Porque na sessão que tivemos aqui, embora não tivéssemos aparteado, não tivéssemos implicado com determinadas matérias, aqui mesmo o Presidente invocou questões do sigilo bancário. Que claramente não era. Então seria muito bom neste

momento em que o Parlamento do Paraná está dando às mãos à população, está procurando efetivamente cumprir o seu papel. Que fizéssemos, isto sim, uma sessão aberta e aí estaríamos prestando a devida satisfação que devemos ao povo do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir. Com relação à questão da Polícia Militar colocada pelo Deputado Vanhoni, sabe V. Exa., que a retirada da Polícia Militar do Banco do Estado do Paraná é uma ação de justiça. Foi uma questão de justiça que fez com que houvesse a retirada da Polícia Militar do Banco do Estado do Paraná. E tenho a impressão que se fosse por vontade da Direção do Banco, lá permaneceria a PM. Muito embora seja contrário. A Polícia tem que estar na rua para dar segurança a todos e não privilegiar o estabelecimento bancário. O BANESTADO o BAMERINDUS seja lá quem for. Acho que o Banco tem que ter a sua própria segurança e a hora que os Bancos passarem a adotar as portas com os dispositivos de segurança não há necessidade de ter Polícia Militar lá dentro.

Então apenas a questão da retirada dos policiais do Banco do Estado é por uma força de uma decisão judicial.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, ouvi com atenção as palavras do Deputado Nelson Justus e do Deputado Algaci Túlio e ouvi o nosso ilustre e insigne Presidente da Comissão de Justiça falando sobre as prerrogativas que o Presidente do Banco do Estado tem e deseja ter, na verdade, até o que ele fez conosco quando esteve aqui. E numa sessão que era secreta onde não existia taquigrafia, as luzes estavam apagadas, as portas trancadas seu Fayet, na verdade, nos fez todos de palhaços. Vou usar esse termo porque não há outro termo para ser utilizado.

Queria solicitar a V. Exa. que a Mesa esclarecesse se convocássemos o Sr. Fayet, em sessão secreta, para falar sobre as questões atinentes ao Banco do Estado, qual o posicionamento que a Mesa teria se ele se recusasse a falar numa sessão secreta desta Casa, aqui, que tem, na verdade, a possibilidade de tomar conhecimento de todos os fatos relativos ao Banco do Estado.

Queria saber qual o posicionamento desta Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - No caso da sessão secreta, esta Presidência, entende, que o Presidente do Banco do Estado deve falar a verdade. Porque representamos um Poder e este Poder tem que es-

tar ciente do que está acontecendo. E mais ainda, Deputado: tenho conhecimento que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná mandou uma missão à Assunção, fazer uma inspeção no Banco Del Paraná, Banco controlado pelo Banco do Estado do Paraná. Se os funcionários de um órgão auxiliar da Assembléia podem fazer uma verificação, é evidente que a Assembléia tem muito mais poder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - E se ele se recusar a falar?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aí ele será incurso no crime de responsabilidade.

O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem) - Sugiro, aqui, que a sessão seja aberta. Porque sem a taquigrafia sem nada, vamos passar um outro cartão. Respaldo que vem o Presidente do BANESTADO dizer que não pode falar em nome do sigilo bancário. Então a população, Deputado, tem por obrigação saber até onde vai o sigilo bancário. Porque até onde vai o sigilo bancário não é tudo aquilo que foi colocado na sessão secreta. O que deveríamos saber e ter conhecimento, como disse o próprio Deputado Joel Coimbra, teríamos que ter um respaldo maior. A própria Casa teria que ter esse respaldo e saber até onde vai o sigilo bancário. Porque ele se protegeu em cima do sigilo bancário.

Então acho que é justo que convoquemos o Presidente do BANESTADO mas para uma Sessão aberta.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Entendo o posicionamento do nobre Deputado Ricardo Chab e de outros Deputados. Só quero fazer uma ressalva: se o Banco do Estado estiver nas páginas negras da imprensa, a repercussão disto para a imprensa, no meu discurso acho que tentei ser claro, a Receita da SANEPAR todo mês com a água da torneira aberta, a Receita vem. Se há alguma dúvida para qualquer investidor que tenha suas aplicações no Banco do Estado, esta é uma responsabilidade nossa, de qualquer correntista, qualquer movimento, o movimento que se faça de qualquer setor da sociedade, amanhã daqui a três dias em relação do que possa estar nas páginas da imprensa em relação ao Banco do Estado é terrível para a instituição. Não é prejudicial para o Presidente nem para a sua diretoria. É terrível para o conjunto da instituição, para o próprio governo.

Acho que o caminho, Srs. Deputados, é o caminho que devemos trilhar com um pouco de paciência. A proposta que fiz da Comissão Especial, acho que dá para ficar que o

Deputado Caíto Quintana também acordou, acho que dá para ficar tranqüilamente com a proposta que os Deputados depois, Alga-ci Túlio, em relação a proposta do Deputado Nelson Justus, propôs, que é uma Comissão de líderes para ir fazer este entendimento e levar estas preocupações todas para a direção, para o Governo do Estado. E só que temos que ter uma certeza, Deputado Ricardo Chab, e se não obtivermos respostas aí acho que esta Assembléia está madura não para fazer sessão aberta, mas para constituir uma CPI, uma Comissão Especial de Inquérito a respeito das denúncias e da documentação que está em mãos de vários Deputados.

Então, acho que o caminho, a segurança de que os Deputados terão e que o conjunto da Assembléia terão estas informações ficam garantidas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Estou ouvindo, Deputado Vanhoni, atentamente as colocações e fico pensando e um pouco preocupado com o possível encaminhamento desta questão.

Primeiro se pode uma sessão secreta, o Presidente do Banco vem aqui e sob alegação de sigilo bancário não fala absolutamente nada do que aquilo que pode estar lá acontecendo. Agora nós, compreendo que quem sabe o Presidente possa ter ficado constrangido com os cinquenta e quatro Deputados ou com os quarenta e poucos que vieram na sessão, vamos dizer a ele que quem sabe ele fale para oito Líderes e em que pese eu concordar que com os Líderes estaríamos extraordinariamente bem representados.

Mas me questiono neste momento, se é que o Presidente colocar alguma coisa diferente daquilo que foi falado que seja para a mesma platéia na qual pela primeira vez ele não colocou, caso contrário estaríamos incorrendo num erro nosso aqui, dizendo o seguinte, bom, o senhor não falou para cinquenta e quatro, mas quem sabe para oito o senhor vai falar.

Acho isto uma desproposição que pode nos levar a uma situação difícil de explicação, inclusive.

Só gostaria de propor que pensássemos bem no encaminhamento desta questão e se for para fazer uma sessão secreta que seja. Se for para fazer outra convocação do Presidente que seja em sessão secreta da mesma forma que foi a primeira vez para que o Presidente possa colocar as explicações, conforme...

(É cortado o som)

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas para encerrar esta discussão que na verdade não foi encaminhado nenhum requerimento, foi anunciado, acho que

pensaríamos neste período de hoje até amanhã, acho que é fundamental uma coisa, Senhor Presidente, seja por uma comissão de líderes, me parece até uma idéia razoável, seja numa sessão, mas deve ficar claro em todos os Partidos, queremos resposta. Não havendo a resposta, dê-se a entrada, de comum acordo com todas as lideranças da convocação de uma CPI. Ou responde protegendo a Instituição Banco que é o que nós queremos ou então abre-se as portas e uma CPI vai buscar isto através da legalidade.

Amanhã decide-se o requerimento neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu, como Presidente da Assembléia entendo que o caminho é uma nova convocação do Presidente do Banco, acompanhado pelo Secretário da Fazenda.

Posso afirmar a Vossas Excelências que o Presidente do Banco vai falar. Não há segredo para um Poder constituído, não há sigilo bancário que possa cobrir qualquer coisa. Entendo que o Presidente do Banco vai comparecer e dar as explicações necessárias.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) -

Quero deixar bem claro que esta Liderança do Governo está aberta a qualquer uma das soluções. Tanto que já abrimos o espaço para a Comissão, se o grupo de líderes entender de que se deva fazer uma convocação a proposta colocada por Vossa Excelência, não vamos nos opor a esta convocação.

Pediria uma cautela a todos para que pudéssemos analisar isso com muito cuidado até amanhã, quem sabe aí, na semana que vem a gente possa provocar uma solução do problema.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho uma posição pessoal a respeito da convocação do Presidente do Banco e do Secretário da Fazenda, mas respeito a decisão dos líderes.

Entendo que o Presidente do Banco deve comparecer a esta Casa em Sessão Secreta, para não afetar o Banco, não há nenhuma acusação contra o Presidente, queremos saber o que realmente está acontecendo. E depois que tivermos conhecimento que funcionários do Tribunal de Contas estiveram em Assunção, fazendo levantamento, acho que nós temos que dar uma satisfação à própria Assembléia. Uma Comissão Especial não teria condições, porque aí quebraria o sigilo, mas aqui garanto aos Senhores Deputados que ele vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/95, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que revoga o Parágrafo Único do Artigo 16 da Lei nº 9937, de 20 de abril de 1992, e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60, de 31.05.95).**

PROJETO DE LEI Nº 197/95

PARECER:

Na primeira análise que fizemos acerca do plano de lei em epígrafe, exaramos nosso voto contrário em razão da inconstitucionalidade do texto da lei. Contudo, o Deputado Geraldo Cartário solicitou vistas do processo e após voto em separado, juntando um substitutivo geral ao projeto em causa.

A transformação da matéria em projeto de lei "autorizatório", nos termos do substitutivo apostado, tem por objetivo tão somente evitar o vício da inconstitucionalidade que inquinava o projeto original, razão pela qual essa lei, mesmo aprovada, não dispõe das características intrínsecas de toda norma jurídica, ou seja, não é imperativa e nem dotada de sanção. Portanto, cabe ao Chefe do Poder Executivo decidir se vai cumprir ou não o mandamento constante da lei.

Tendo em vista o mérito da questão, mesmo sendo esse julgamento atribuição desta Comissão Permanente, decidimos sugerir para a deliberação um novo substitutivo geral, tendo em vista que o proposto juntamente com o voto em separado tem redação confusa devido a falta de técnica legislativa.

O substitutivo geral, conforme o prescrito no artigo 138, parágrafos segundo e quinto, do Regimento Interno, é a "proposição sucedânea de outra que tem relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal". Dessa forma, a intenção do autor do projeto original é restaurar a redação do inciso III e dos parágrafos 1º,

2º e 3º do artigo 140 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), ou seja, é garantir aos servidores públicos estaduais a incorporação nos proventos de aposentadoria das vantagens advindas da nomeação em cargos comissionados e percepção de gratificações durante o período aquisitivo da aposentadoria.

Por outro lado, no substitutivo geral apostado ao Projeto de Lei nº 197/95, no artigo 2º, são revogados dispositivos revogados de leis anteriores. Sobre essa questão, passamos a transcrever os ensinamentos de Maria Helena Diniz (in Curso de Direito Civil, v. 1, Saraiva, São Paulo, p.65, 1994):

"Quando o legislador derroga ou ab-roga lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a lei que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa.

Pelo artigo 2º, parágrafo terceiro, da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei revogadora de outra lei revogadora não tem efeito repristinatório sobre a velha lei abolida, senão quando houver pronunciamento expresso do legislador a esse respeito".

Chegamos à conclusão de que é inócua a disposição contida no artigo 2º do referido substitutivo geral, porquanto se a intenção do legislador foi restaurar o texto anterior da lei, era desnecessário utilizar esse artifício que não tem efeito legal.

Em face do exposto, alteramos nosso parecer contrário ao Projeto de Lei nº 197/95 e condicionamos nosso voto favorável à aprovação do substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) ANTONIO BELINATI

Presidente em exercício  
EMERSON NERONE - Relator

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 197/95

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a restabelecer a redação do inciso III e dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 140 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, que passam a vigorar com o seguinte conteúdo:

"Art. 140 - ...

III - se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterrupto ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.

§ 1º - A aplicação do estabelecido em qualquer dos incisos deste artigo exclui

as vantagens instituídas nos demais incisos.

§ 2º - No caso do funcionário que, para o exercício de cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no artigo 159, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

§ 3º - Se, nas condições dos incisos II e III, deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário apresentar-se com as vantagens do de maior símbolo. Nas mesmas condições, igual benefício será assegurado pelo exercício de cargo diretivo de órgãos da administração indireta do Estado".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.95.

(a) EMERSON NERONE

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 197/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, tem por objetivo revogar o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9937, de 20 de abril de 1992.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após análise, apresentou um substitutivo geral, com objetivo de evitar a inconstitucionalidade presente no projeto original, condicionando o seu voto favorável à aprovação do referido substitutivo.

Esta Comissão de Finanças, após análise da matéria em tela, não encontrou nada que obste a sua normal tramitação nesta Casa de Leis, manifestando-se de forma favorável à sua aprovação, condicionada à aprovação do substitutivo apenso, proposto pela C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 197/95.

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Es-

tado da Segurança Pública a edificar no loteamento Jardim São Jorge, Município de Paranavaí, o primeiro distrito policial da cidade. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 242/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em questão é meramente autorizatório e, vem revestido de grande alcance social.

Esta relatoria não encontra nenhum óbice para sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o PARECER FAVORÁVEL.  
Sala das comissões, em 15.08.95  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;  
TOTI COLAÇO - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 242/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Walmor Trentini, o Projeto de Lei n° 242/95, tem por finalidade autorizar à Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar no loteamento Jardim São Jorge, Município de Paranavaí, o primeiro distrito policial da cidade.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, emite seu parecer favorável, em razão do mesmo ser de grande interesse social.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.95  
(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 327/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo, firmar convênios com os municípios do Paraná, visando a implantação de redutores de velocidade (lombadas), em frente a todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 100, de 22.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 327/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Antonio Annibelli, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com os municípios do Paraná visando a implantação de redutores de velocidades (lombadas) em frente a todos os estabelecimentos de ensino do Estado.

Meramente autorizatório, o projeto não

Curitiba, quarta, em 21.09.95

encontrou nesta Comissão qualquer obstáculo constitucional ou legal à sua normal tramitação.

O parecer é favorável.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 19.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGARD BUENO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 327/95

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antonio Annibelli, o Projeto de Lei n° 327/95, visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênios com os municípios do Estado do Paraná, visando a implantação de redutores de velocidades (lombadas) em frente aos estabelecimentos de ensino, salvo onde forem desaconselhados pelos órgãos técnicos, por causarem problemas estruturais nas edificações próximas aos redutores, caso em que deverá ser instalado semáforos.

Por ser o presente projeto de lei, matéria meramente autorizatório, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontrou que possa impedir no âmbito constitucional e regimental a sua normal tramitação, dando o seu parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.95

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

RENY BORSATTO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 2798, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2799 e 2813, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2800 a 2805, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2807, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2808, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2809, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2814 a 2817, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Curitiba, quarta, em 27.09.95

Requerimentos n°s 2810, de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2812, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha com apoio do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2819, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2821, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2806, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2822, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se

31  
a discussão, para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2811, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Prejudicado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO. - dos Projetos de Lei n°s 242 e 327/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 344/95;  
dos Projetos de Resolução n°s 048 e 051/95; e  
do Projeto de Decreto Legislativo n° 008/95.

Marca ainda uma sessão extraordinária para logo após o término da sessão ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a sessão.